

UNIVERSIDADE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

TRABALHO INFANTIL E CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE GÊNERO

Roselaine Berenice Ferreira da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional – Mestrado _ da Universidade de
Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Mestre.
Orientador: Dr. Marcos Artêmio Ferreira.

Santa Cruz do Sul, julho/2000.

*A identidade não poderia ter outra
forma que a narrativa, pois definir-
se é, em última instância, narrar.*

(Paul Ricouer. *O Si Mesmo
como um Outro*)

AGRADECIMENTOS:

A trajetória deste mestrado, em especial, desta pesquisa agora finalizada, envolveu minha dedicação constante e, de certa forma, foi muito estimulada e motivada por pessoas a quem, neste espaço, gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, ao meu marido, pessoa tão especial em minha vida e que, diariamente, nas semelhanças e diferenças consolida o meu *ser mulher*.

Aos meus pais que lançaram as sementes de minha identidade e que me proporcionaram afeto, respeito e dignidade em meu desenvolvimento como pessoa. Em especial, à minha mãe, por ter sido mulher num tempo diferente do meu e que conseguiu transmitir uma identidade feminina baseada em ideais de luta e perseverança.

Às minhas queridas irmãs que, também, ajudaram na construção de minha identidade, pelo contato, afeto e vinculação.

Ao meu orientador desta pesquisa, professor Dr. Marcos Ferreira, que transmitiu seus vastos conhecimentos e incentivou-me na busca e estudo constante para a finalização deste trabalho.

Às meninas que fizeram parte desta pesquisa, pois me induziram a procurar um mundo mais justo e receptivo às necessidades de ser criança.

RESUMO

Esta pesquisa consistiu em analisar uma das formas de trabalho infantil na região de Santa Cruz do Sul. Foi estudado o modo como a inserção precoce no trabalho é assimilada pelas crianças, em especial pela menina, sendo que o trabalho doméstico é um deles. Os passos para a consolidação deste trabalho se deram, inicialmente, pelas visitas às famílias do interior do município; logo após, entrevistou-se seus

componentes, bem como as crianças. Num outro momento, foi aplicado um teste de personalidade (CAT-A), nas meninas, analisando-se seus vínculos afetivos e o modo como a identidade feminina está se estruturando, já que ela está inserida no mundo do trabalho precocemente. A faixa etária estudada compreendeu as idades de 10 a 12 anos. As meninas pertenciam à famílias de pequenos produtores rurais, em que a atividade agrícola principal é o cultivo do fumo. Os resultados alcançados salientam a importância de um vínculo maior entre a criança e sua família. Meninas entrevistadas comentam da impossibilidade de realizar seus sonhos profissionais, tendo que se sujeitar à lavoura. Esta impossibilidade de consolidar seus projetos para o futuro, enredam a menina no mundo doméstico, desde pequena. A identidade que ela forma fica circunscrita às tarefas de organização da casa, como limpar, varrer, cozinhar. Não lhe são dadas outras possibilidades, pois aprendem que o dever e o lugar da mulher é ficar em casa, pois os homens trabalham na lavoura e as mulheres auxiliam. Esta forma de ajuda reflete-se na formação de sua identidade que, por sua vez, fica calcada em cima de pressupostos de *deveres domésticos*. O tempo para o estudo e a brincadeira tornam-se, com isto, escassos. Não se tem tempo para ser criança e a identidade feminina, desde cedo, é amarrada por valores preconcebidos e incutidos por um sistema consolidado pelo trabalho familiar. Conclui-se, então, que o trabalho infantil interfere na capacidade da menina em ser criança e isto faz com que ela desenvolva uma identidade baseada nas relações de trabalho, já que suas relações familiares dão margem a estas relações numa idade bastante precoce. Sabe-se que as primeiras relações e vínculos mantidos pelas crianças constituem a base de uma construção de identidade e *senso de eu* muito importantes para um desenvolvimento sadio. Caso estas relações são relegadas a um segundo plano, a criança pode apresentar conseqüências, na vida adulta, prejudiciais para sua personalidade. Então, estas meninas, além de não terem tempo para viver sua infância, também carregam consigo o peso de construírem sua identidade feminina enredada num mundo privado, ou seja, no mundo doméstico apenas, sem muitas chances de conhecer e dar vazão às suas potencialidades inatas.

ABSTRACT

This research consisted of analyzing one in the ways of infantile work in the area of Santa Cruz do Sul. It was studied the way as the precocious insert in the work it is assimilated by the children, especially for the girl, and the domestic work belongs one to them. The steps for the consolidation of this work gave him, initially, for the visits to the families of the interior of the municipal district; therefore after, it was interviewed its components, as well as the children. In another moment, a personality test was applied (CAT-A), in the girls, being analyzed its affective entails and the way as the feminine identity is being structured, since she is inserted in the world of the early work. The studied age group understood the ages of 10 to 12 years. The girls belonged to families of small rural producers, in that the main agricultural activity is the cultivation of the fume. The reached results point out the importance of a larger entail between the child and its family. Girls interviewees comment of accomplishing its professional dreams of the impossibility, tends to submit to the field. This impossibility of consolidating its projects for the future, they entangle the girl in the domestic world, from small. The identity that she forms is bounded to the tasks of organization of the house, as to clean, to sweep, to cook. They are not it given other possibilities, because they learn that the duty and the woman's place is to be at home, because the men work in the field and the women aid. This form of help is reflected in the formation of its identity that, for its time, it is on top wearing shoes of presupposed of domestic duties. The time for the study and the game becomes, with this, scarce. Time is not had to be child and the feminine identity, early, it is tied by preconceived values and incerted by a system consolidated by the family work. It is ended, then, that the infantile work interferes in the girl's capacity in being child and this does with that she develops an identity based on the work relationships, since its family relationships give margin to these relationships in a quite precocious age. It is known that the first relationships and entails maintained by the children constitute the base of an identity construction and very important sense of me for a healthy development. In case these relationships are relegated to a second plan, the child can present consequences, in the adult life, harmful for its personality. Then, these girls, besides they have not time to live its childhood, they also carry I get the weight of they build its feminine identity entangled in a private

world, that is to say, in the domestic world just, without many chances of to know and to give vent to to its innate potentialities.

SUMÁRIO:

Tema da pesquisa	p. 09
Problema da pesquisa	p. 09
Hipóteses e objetivos	p. 10
Justificativa	p. 11
Metodologia	p. 14
<i>Reflexões sobre o trabalho</i>	p. 24
<i>Trabalho infantil: situação de risco para o desenvolvimento da criança</i>	p. 34
<i>Diferentes visões sobre o trabalho infantil</i>	p.42
<i>Participação da criança na agricultura familiar</i>	p. 53
<i>A identidade sob diferentes olhares teóricos</i>	p.59

<i>Identidade de gênero – conceito e formação</i>	p. 67
<i>Construção da identidade em meninas trabalhadoras</i>	p. 78
<i>Consolidação do gênero feminino pelas vias do trabalho doméstico</i>	p. 90
<i>Considerações finais</i>	p.102

Referências Bibliográficas	
p. 106	
Anexo 1	
p. 111	
Anexo 2	
p. 112	

TEMA DA PESQUISA:

O trabalho infantil e as repercussões no desenvolvimento infantil.

DELIMITAÇÃO DO TEMA:

Esta pesquisa consiste em analisar a forma como o trabalho infantil está inserido em nossa região. Sendo assim, intenta-se estudar o modo como isso é assimilado pelas crianças, em especial pela menina. Verificar-se-á, especialmente, o papel da aquisição da identidade neste contexto, já que a menina encontra-se numa situação de risco, qual seja, inserida num mundo adulto precocemente.

Parte-se do pressuposto de que o trabalho infantil absorve a capacidade da menina em ser criança. Com isto, analisar-se-á o modo como a menina internaliza sua identidade, já que suas relações familiares dão margem às relações de trabalho numa idade bastante precoce. A faixa etária a ser estudada consiste em jovens do sexo feminino com idades de 10 a 12 anos.

O local a ser pesquisado é o próprio ambiente familiar das jovens, consistindo numa pesquisa em que serão feitas entrevistas às famílias, com o intuito de verificar a intensidade de vinculação destas jovens com suas famílias, bem como a existência, ou não, do trabalho infantil. Portanto, serão feitas visitas às famílias do interior do município de Santa Cruz do Sul.

PROBLEMA DA PESQUISA:

De que forma o trabalho infantil influencia na formação da personalidade em meninas do meio rural, em especial na formação da identidade de gênero?

HIPÓTESES DA PESQUISA:

1. O trabalho infantil consiste numa situação de risco para a adequada construção da personalidade da menina.
2. O trabalho infantil contribui, na menina, para a manutenção e perpetuação de papéis de gênero transmitidos pelas gerações anteriores, de forma que prejudicam a evolução da identidade feminina.

OBJETIVO GERAL:

Analisar as relações entre a inserção precoce no trabalho e a identidade de gênero.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a importância deste trabalho pelo fato de nossa realidade, nos últimos tempos, alertar para a questão do trabalho infantil no Brasil. Crianças e jovens são utilizados como mão-de-obra barata para outros que lucram com o trabalho de um ser que não dispõe, ainda, de condições físicas e psicológicas para exercê-lo.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que é dever dos pais proporcionar condições para o estudo e o lazer de seus filhos. A sociedade parece estar esquecendo que criança é feita para *brincar de adulto*; ela encontra-se em processo de formação física, social e emocional. Portanto, não está apta a entrar no mundo do trabalho. Isto é exploração de um ser que está em formação.

O objeto de estudo deste projeto é a **construção da identidade na menina**, fazendo-se, então, a pergunta: *como é construída a identidade em uma menina inserida no mundo adulto precocemente?*

A bibliografia em Psicologia enfatiza a importância das relações familiares para a adequada evolução da criança e conseqüente aquisição de uma identidade. Caso ela seja exposta ao trabalho desde tenra idade, suspeita-se que ela pode estar sendo privada de um contato afetivo mais direto com seus familiares. Portanto, esta pesquisa enfatizará, também, este vínculo como motor dos relacionamentos humanos e em que medida este interfere na construção da identidade na menina.

Ao mesmo tempo, intenta-se refletir sobre a forma como o gênero feminino é internalizado pela menina, sendo esta exposta ao trabalho precoce.

Alguns estudos (UNICEF, OIT) sobre o trabalho infantil apontam que o trabalho, quando precoce, prejudica a educação, à medida que toma o tempo das aulas, dificulta o aprendizado e retira o estímulo da criança. Afeta negativamente a formação física, social e psicológica, já que exige muitas horas de atividade e responsabilidade excessiva. Com isto, provoca muito estresse e compromete a dignidade e auto-estima principalmente, nos casos de escravidão e exploração sexual.

Portanto, esta pesquisa é de vital importância para sensibilizar as pessoas quanto à gravidade deste problema, pois a sociedade está expondo crianças em uma situação de risco que compromete a evolução de sua personalidade.

Também se intenta viabilizar um alerta às pessoas (em especial, às famílias) em relação à importância de manter-se adequados vínculos com seus filhos, pois isto contribuirá para a saúde mental das crianças e conseqüente prevenção de distúrbios.

Diversos autores, entre eles Donald Winnicott, John Bolwby e Margaret Mahler, falam da importância do contato entre pais e filhos. Eles enfatizam a necessidade de uma "mãe suficientemente boa" para a estruturação da personalidade de uma criança. Isto implica em dizer que é de fundamental importância a figura materna na vida de uma pessoa, em especial da menina, pois é com esta figura que ocorrerá uma identificação com referência a construção de sua identidade.

Somos influenciados por nossas figuras parentais (pai e mãe); porém, o contato inicial mãe e filho é bastante peculiar, pois é somente a mãe que tem a oportunidade de gerar um filho, senti-lo em seu ventre, dar à luz, amamentá-lo, enfim, manter um contato corpo a corpo, *pele a pele*, com a criança. Isto já proporciona o início de um vínculo que, mais tarde, irá influenciar decisivamente em sua personalidade. (FISCHTNER, N., 1996).

No caso da menina, este contato inicial dá margem à aquisição de sua identidade feminina, já que é com uma outra mulher que ela mantém este contato.

Portanto, de acordo com as idéias apresentadas, faz-se mister esta pesquisa com o intuito de analisar, também, esta relação mãe e filha, e o que acontece quando isto é comprometido dando lugar ao *não-contato*, já que as crianças, ao invés de viverem sua infância, estão na lavoura trabalhando.

METODOLOGIA :

A presente pesquisa vai utilizar o método dialético, tendo em vista que *a dialética situa-se no plano da realidade e da história, sob forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos.* (FRIGOTTO, G. 1987, p. 71).

O método dialético, ainda, pressupõe uma vinculação com uma concepção da realidade, do mundo e da vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método.

Segundo FRIGOTTO, G. (1987, P. 77) *o método constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais.*

Cabe, então, ao pesquisador que utiliza o método dialético entender como se produz a realidade social. Porém, anterior a isto se deve perguntar qual a concepção que ele próprio possui desta realidade social que o cerca.

Por esta razão, GRAMSCI *apud* FRIGOTTO, G. (1977. p. 77) diz que *uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do senso comum.*

Romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação.

Dialética, na Grécia Antiga, era considerada *a arte do diálogo.* Aos poucos, *passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma*

argumentação capaz de definir e distinguir os conceitos envolvidos na discussão. (KONDER, L., 1983, p. 7).

Para compreender o método dialético, faz-se necessário entender, também, sua história, ou seja, como se originou e seus primeiros pensadores.

Aristóteles, por exemplo, reintroduziu os princípios dialéticos em explicações dominadas pelo modo de pensar metafísico. Ele observou que todas as coisas possuem potencialidades. Disse que os movimentos das coisas *são potencialidades que estão se atualizando, isto é, são possibilidades que estão se transformando em realidades efetivas.* (Ibidem, p. 10).

Ao mesmo tempo, deve-se entender o processo histórico da dialética, pois nas sociedades feudais, durante os séculos da Idade Média, este método de pensamento ficou bastante enfraquecido. Isto, certamente, teve a ver com este tipo de regime sócio-político e econômico, pois a vida social era estratificada e a ideologia dominante era monopólio da Igreja. Por esta razão, a dialética era ameaçadora, pois incorporava a noção de movimento, de mudança e atualização do mundo.

Este processo foi diferente quando do início deste pensamento, pois no regime de cidade-Estado, da Grécia Antiga, embora houvesse estratificação social, havia uma vasta circulação tanto de mercadorias, como de idéias – *o comércio e discussão sobre os problemas de interesse coletivo faziam parte da vida dos cidadãos.* (ibidem, p. 11). No regime feudal, entretanto, este processo sofreu um esvaziamento.

Com o Renascimento, as artes e as ciências se rebelaram contra ideologia de monopólio do poder da Idade Média. O movimento voltou a fazer parte da reflexão e debate das pessoas, culminado com as presenças de Nicolau Copérnico em que descobriu que Ptolomeu havia se enganado, pois a Terra não era imóvel e nem era o centro do Universo, pois girava em torno do Sol. Galileu e Descartes descobriram que a condição natural dos corpos era o movimento e não o estado de repouso.

Portanto, nesta fase, a dialética pôde sair do momento de repressão em que fora obrigada a viver, durante séculos. A partir disto, conquistou posições que conseguiu manter, pois vários pensadores reconheceram o caráter dinâmico, instável e contraditório da condição humana, como Pascal, Giambattista Vico, Leibniz, Spinoza, Hobbes, Pierre Bayle e Montaigne.

Giambattista Vico (1680-1744), por exemplo, achava que o homem não podia conhecer a natureza que tinha sido feita por Deus e só por Ele poderia ser conhecida; mas, sustentava que o homem podia conhecer sua própria história, já que esta é obra humana, é criada por nós. Montaigne (1533-1592) falava que *todas as coisas estão sujeitas a passar de uma mudança a outra; a razão, buscando nelas uma subsistência real, só pode frustrar-se, pois nada pode apreender de permanente, já que tudo ou está começando a ser – e absolutamente ainda não é – ou então já está começando a morrer antes de ter sido*. (MONTAIGNE apud KONDER, L., 1983, p 15).

Com o Iluminismo, o movimento dialético consolidou-se mais ainda, pois com a Revolução Francesa, os filósofos iluministas acompanharam de perto as reivindicações plebéias, as articulações da burocracia, as manifestações políticas nas ruas, a mudança de costumes. Perceberam, então, que esta mudança de um mundo feudal para um mundo novo era um marco importante para a dialética.

Cabe colocar, agora, algumas características deste método, sendo três as principais, segundo KUNDEK, L. (1983). A primeira característica da dialética que, de certa forma, já foi comentada anteriormente, é a noção de movimento. Este movimento impele, constantemente, à mudança da realidade. Talvez, um dos expoentes que possa explicitar mais esta característica seja Imanuel Kant (1724-1804).

Kant percebeu que a consciência humana não se limita a registrar passivamente impressões provenientes do mundo exterior, pois é sempre uma consciência de um ser que interfere ativamente na realidade. Complementa, ainda, dizendo que isto complicava muito o processo do conhecimento humano.

Outro filósofo da dialética foi Hegel (1770-1831) e ele concordava com as idéias de Kant num ponto essencial: na visão de que o ser humano é ativo e que ele está sempre interferindo na realidade. Ao mesmo tempo, dizia que esta realidade também impunha ao homem transformações e isto se caracterizava, então, num processo contínuo de inter-relações. A isto ele começou a compor um quadro de contradições (característico, também, da dialética) e formulou o conceito de *superação dialética*.

Neste momento, ele explica que esta superação é um modo de transpor a realidade. Para isto, ele utilizou um termo em alemão *aufheben* que significa *suspender*. Esta palavra tem três significados distintos: o primeiro sentido é o de negar, anular, cancelar (suspender algo – não fazer). O segundo sentido é o de erguer alguma coisa, deixar suspenso no ar; já o terceiro sentido é o de elevar a uma qualidade, promover a passagem de alguma coisa para um plano superior. Para ele, então, a superação dialética é, simultaneamente, a negação de uma realidade, a conservação de algo que existe nesta realidade e a elevação dela a um nível superior.

Este é um ponto chave no entendimento deste método, tendo em vista que a dialética trata os dois lados da realidade, não excluindo um em detrimento do outro. Portanto, analisa a realidade como um todo, ao mesmo tempo em que, também, consegue a decompor em partes. É o que se chama de análise da totalidade, sendo esta outra característica deste método.

A totalização dialética abarca a visão de conjunto, ao mesmo tempo em que a supera. Neste ponto, é pertinente, também, salientar a presença marcante de Karl Marx (1818-1883), pensador alemão, que influenciou, decisivamente, na construção e entendimento deste método de pensamento utilizado nesta pesquisa.

Este pensador caminhou conjuntamente com Hegel, porém, em determinado momento, diferiu em algumas idéias de seu mestre. Marx considerava Hegel muito espiritualista, achando que ele somente enxergava o lado abstrato do trabalho, já que este era o assunto muito em voga na época, tendo em vista o próprio momento vivenciado pelos primeiros passos da Revolução Industrial, movimentos sindicais e a solidificação crescente do capitalismo.

Marx diferia dialeticamente de Hegel, segundo KUNDER, L. (1983). Isto porque Marx achava que Hegel fixava sua atenção na criatividade do trabalho, ignorando o lado negativo dele, as deformações a que ele era submetido em sua realização material e social. Marx, então, começou a mostrar a alienação do trabalho nas sociedades divididas em classes sociais – a dinâmica capitalista tão bem descrita por ele.

Penso que estes pensadores ilustram bem o movimento dinâmico que a dialética coloca para nós. Para este método nada fica terminado, tudo sempre se transforma e se recria e *o todo é diferente da soma das partes*.

Salientando minha pesquisa, por exemplo, no momento em que pesquisei sobre o trabalho, este pode ser um conceito genérico. Porém, no momento em que consigo pensar nos diferentes tipos de trabalho existentes, as causas e conseqüências deste trabalho, isto já coloca este conceito decodificado em partes que, unidas, vão reconfigurar a noção do todo.

Esta pesquisa terá este propósito. Partindo da realidade existente sobre o trabalho infantil, o objetivo fundamental é repensar esta realidade, analisando-se suas causas e, principalmente, as conseqüências que esta mesma realidade produz no sujeito que está inserido nela.

Sendo assim, intenta-se uma abordagem dinâmica dos fatos, pois as variáveis que serão analisadas (trabalho e criança) entrecruzar-se-ão com o propósito de averiguar a construção de uma identidade neste mundo do trabalho.

O procedimento utilizado consiste em entrevistas com as meninas e suas famílias, com o objetivo de averiguar a inserção da criança no trabalho infantil. Serão escolhidas famílias que preencham os requisitos de trabalho na lavoura do fumo, que tenham filhos entre 10 e 12 anos (meninas) e que morem na região rural do município de Santa Cruz do Sul.

Estas entrevistas terão o objetivo de obter um maior conhecimento do contexto social e familiar da criança que trabalha. Terão, fundamentalmente, o propósito da comunicação e interação humana, permitindo, desta forma, uma retirada de elementos de reflexão que serão úteis para posterior análise.

Pensando assim, as perguntas serão abertas, no sentido de proporcionar aos entrevistados um espaço para dialogarem sobre o que pensam da situação atual da lavoura (seu trabalho), qual o grau de participação das crianças, seu comprometimento com estudo, lazer e relações familiares, etc.

Enfim, de acordo com o transcorrer da própria entrevista, as perguntas serão trazidas à tona, configurando este momento de conhecimento desta realidade. O conteúdo da mesma fará parte do objeto de análise, corroborando na afirmação ou refutação das hipóteses.

Consiste, então, numa entrevista livre, não diretiva, onde os temas de interesse da pesquisa são trazidos à tona durante o desenvolvimento do diálogo. Alguns temas a serem vistos inicialmente: *quem e quantas pessoas compõem a família; idade de seus membros; profissão; idade e escolaridade da criança pesquisada; religião (praticada ou não); o que é cultivado na lavoura; quem e quantos trabalham na lavoura; rotina familiar.*

Da mesma forma, serão realizados testes projetivos, ou seja, de personalidade - aplicação do C.A.T. - A (Children Apperception Test - Animal) - para detectar, com maior eficácia, as conseqüências do trabalho precoce na personalidade das crianças.

Este é um teste de personalidade, aplicado em crianças até 10/12 anos, com o objetivo de analisar como a personalidade, na criança, está sendo formada. Sendo assim, é possível identificar o nível de maturidade emocional, processos defensivos que a criança utiliza para se defender do meio ambiente e vínculos que mantém com figuras parentais. O teste consiste em 10 lâminas, com desenhos de animais (representantes simbólicos das pessoas) em situações diversas, como relacionamento familiar - com mãe, pai e irmãos - situações de proteção, controle, punição entre outros.

O procedimento do teste é fazer com que a criança conte uma história a partir do que percebe nas lâminas. Estas histórias são, então, analisadas em termos emocionais. Ressalto que foram utilizadas apenas cinco lâminas (1, 4, 8, 9, 10) que são as que mais tratam das relações familiares em termos de vínculos e auto-estima.

Cabe, aqui, fazer uma pequena reflexão sobre o fenômeno da *projeção* e da *apercepção*, conceitos muito utilizados na Psicologia.

A projeção foi estudada por Sigmund Freud (1895), inicialmente, como mecanismo de defesa que consistia em *colocar no outro sentimentos que pertencem a mim*. Com o tempo, ele observou que a projeção era um mecanismo normal do dia-a-dia da pessoa, não consistindo somente numa defesa. Sendo assim, era um fenômeno corriqueiro que fazia parte da estruturação da personalidade.

Com o advento dos testes projetivos, este conceito passou a ser mais valorizado, sendo que se estruturou, então, o fenômeno da *apercepção* que consiste em *não perceber* o estímulo na sua objetividade. Portanto, o teste C.A.T. tem como pressuposto básico este fator: a criança coloca no estímulo que está à sua frente, *sua não percepção*, ou seja, seu mundo interno de fantasias, desejos e sentimentos.

Nesta pesquisa as respostas que as crianças darão ao C.A.T. serão analisadas com os dados da entrevista feita com elas e seus familiares.

Portanto, a técnica de pesquisa utilizada será a pesquisa qualitativa. Isto porque este tipo de pesquisa envolve um objeto social a ser estudado: o trabalho infantil. Sendo assim, faz-se mister uma abordagem psicossocial do problema, com o intuito de entender *qualitativamente* esta realidade.

A formulação de um problema a ser estudado, qual seja, *saber se o trabalho infantil prejudica a formação da personalidade da criança do meio rural, em especial a identidade de gênero* envolve, também, o domínio de certas representações sociais, como *criança, meio rural, identidade, trabalho*.

Quero dizer com isto que este tipo de pesquisa envolverá, segundo JODELET apud MAZZOTTI (1996, p.12):

Uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. A marca social dos conteúdos ou dos processos refere-se às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e às funções que elas servem na interação do sujeito com o mundo e com os outros.

Sendo assim, trata-se de uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado que possibilita ao pesquisador apreender os acontecimentos da vida cotidiana, a dominar o ambiente que o cerca e a facilitar a comunicação de fatos e idéias. Tudo isto demonstra que a realidade pessoal do pesquisador insere-se neste processo, pois é impossível nos abdicarmos de informações, crenças, modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, da educação e da própria mídia.

Portanto, este trabalho tem por interesse uma modalidade de pensamento social sob seu *aspecto constituído* - como produto - que possui, também, um *aspecto constituinte*, ou seja, a análise das próprias representações que certos elementos possuem em nosso meio (região fumicultora de Santa Cruz do Sul).

Com isto, esta pesquisa analisará, também, pensamentos e opiniões formadas - *representações* - de conceitos, como trabalho, infância, identidade.

Trabalhar com diferentes representações é um desafio e, sendo assim, procurar-se-á mobilizar a sociedade para esta questão do trabalho precoce, com as possíveis conseqüências na personalidade da criança. Ao mesmo tempo, cabe reafirmar que, neste processo, a dialética está inserida em todo momento da pesquisa.

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO

O eixo norteador desta pesquisa consiste na questão do trabalho infantil. Compreender isto envolve sua conceituação e a definição prévia de alguns termos que tendem a designar situações muito diferentes, de acordo com cada época: trabalho, infância e adolescência.

Em primeiro lugar, é importante estar de acordo sobre **o que é o trabalho** - abstrata e concretamente.

Para ANTUNIASSI *apud* SANTORUM (1996):

O trabalho é um atributo específico do homem: no intercâmbio homem-natureza, o homem é diferente do animal, pois consegue produzir seus meios de existência, através do trabalho. Mas, essa relação homem-natureza não existe no vazio: ela só se realiza dentro de um determinado modo de produção da vida em sociedade. Neste último, o trabalho é a base, mas é o modo de produção que determina quais são as formas válidas de trabalho. Assim, a produção é um processo histórico e sua atividade básica - o trabalho - também o é.

Pode-se, então, pensar que o trabalho, num sentido amplo e genérico, é a denominação para qualquer atividade que tenha por objetivo a manutenção da vida. É reconhecido, universalmente, não só como instrumento de sobrevivência física, como também de integração social e psíquica.

Da mesma forma, o trabalho é, também, *mediador na articulação entre a ordem individual e a coletiva e operador da construção social e cultural de uma nação, como da construção psíquica de cada indivíduo.* (SANTORUM, K., 1996).

Portanto, perpassa sua subjetividade e contribui para alicerçar a sociedade em que o sujeito está inserido.

O trabalho é uma das dimensões mais importantes da vida humana, sendo o elemento estruturador da organização da sociedade e a forma mais objetiva para desvendar as relações que tecem a malha social.

De acordo com ALBORNOZ, Suzana *apud* SANTORUM, Kátia (1996), a palavra *trabalho* tem uma série de significados. Origina-se de *tripalium* que era um instrumento utilizado pelos agricultores no trato com os cereais. Entretanto, a maioria dos dicionários registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura. Assim, por muito tempo, a palavra trabalho traz a conotação e o significado de padecimento.

O valor e o significado que têm sido conferidos ao trabalho são ambivalentes, sendo que a evolução histórica é determinada por relações de produção concretas e específicas a cada formação social.

Na Antigüidade, o trabalho era desprezado, sendo que na Grécia Clássica, as únicas atividades físicas consideradas próprias de homens livres eram a guerra e os esportes. O ócio e o tempo dedicado à contemplação eram as práticas mais importantes e valorizadas na construção do cidadão grego enquanto ser político e filosófico. A prática material produtiva ocupava um lugar secundário; por ser considerada servil e humilhante era ocupada pelos escravos e mulheres.

Na tradição judaica, o trabalho também é encarado como uma labuta penosa, à qual os seres humanos estão condenados pelo pecado. Além deste caráter punitivo, sua ação no âmbito da caridade era vista como uma forma de contribuir para a saúde do corpo e da alma. No catolicismo, serve para a expiação de culpas e pecados.

A Reforma Protestante, comandada por Lutero, cria modificações no modo de encarar o trabalho. Neste momento histórico, o ócio passa a ser algo pernicioso e anti-natural. Manter-se pelo trabalho passa a ser um modo de servir a Deus.

... o fato de os protestantes, tanto como classe dirigente, como classe dirigida, seja como maioria ou minoria, terem demonstrado tendência específica para o racionalismo econômico que não pôde ser observada entre os católicos em qualquer uma dessas situações. A razão dessas diferentes atitudes deve, portanto, ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas e não apenas em suas temporárias situações externas na história e na política. (WEBER, Max, 1967, p. 23).

Esta análise de WEBER (1967), em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* é destacada e relevante para entendermos o processo inerente em nossa região povoada, também, pela religião protestante e com uma dinâmica peculiar capitalista. Este autor coloca que existe um *maior alheamento do mundo* no catolicismo e que os traços ascéticos dos seus mais altos ideais levaram seus seguidores a uma maior indiferença frente aos bens desse mundo. Do lado protestante, essa concepção é usada para a crítica dos ideais ascéticos do modo de viver católico, ao passo que os católicos a isso respondem com uma crítica ao materialismo.

Para os protestantes, viver é **trabalhar e produzir**, pois, assim, se estará agradando a Deus; para os católicos, honra-se a Deus, sem fixar-se à necessidade de produção de riquezas.

WEBER (1967, p. 23), ainda, dá um exemplo de um autor contemporâneo, o qual não cita o nome, que diz:

O católico é mais tranqüilo, tem menos impulso aquisitivo, prefere uma vida a mais segura possível, mesmo que isto implique em uma renda menor, a uma vida arriscada e cheia de excitação, mesmo que essa torne possível a obtenção de honrarias e riquezas. Isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio "coma ou durma bem". No presente caso, o protestante prefere saciar-se e o católico dormir sem ser perturbado.

Neste momento, parece confirmar-se a essência do capitalismo. A afirmação da burguesia enquanto classe necessita da **religião do trabalho**, dando-lhe ênfase como instrumento de purificação, como meio de salvação. Na ética puritana, a restrição ao consumo se combina com a liberação para a busca de riqueza, favorecendo a acumulação capitalista. O trabalho, então, é para *agradar a Deus*.

Esta lógica de valores exprime a ideologia vigente até hoje nos cidadãos americanos. Pode-se averiguar isto pela própria comemoração tradicional do Dia de Ação de Graças (*Thanksgiving Day*), nos Estados Unidos. Esta data simboliza o momento de agradecimento pela força do trabalho e a produção adquirida pelo mesmo.

Sendo esta nação, o berço do capitalismo, a idéia é o indivíduo entrar no mundo e não renunciar a ele; o que importa é produzir. Neste sentido, a nação americana incorporou bem este conceito, pois inclusive sua religião predominante - presbiteriana - prega a idéia de que "*o corpo vai junto com a alma, o dinheiro segue o trabalho e o indivíduo faz o mundo e suas regras*". Sendo assim, impregna-se a noção de individualidade, ou seja, importa o ser humano enquanto ser racional e empreendedor. E é este ser que relacionar-se-á com seus semelhantes e com o mundo.

Esta forma de pensar e conceber o mundo coloca no cidadão a responsabilidade por um mundo melhor e, acima de tudo, a responsabilidade por si próprio. É ele mesmo quem irá produzir sua riqueza, seu patrimônio, sendo abençoado por Deus e rendendo os frutos de seu trabalho a este Ser divino.

Já, entre nós, brasileiros(e, a maioria, católicos), o modo de relacionamento com o mundo é transposto por conceitos como "o corpo é menor que a alma, o dinheiro e o trabalho são coisas separadas e são as pessoas quem comandam, ocasionando uma sociedade fragmentada". (DA MATTA, 1991).

Talvez, por isto, democracia e cidadania são conceitos confusos e estranhos para nós, pois absorve-se a idéia de que estes dois processos são sinônimos de individualismo. No Brasil, isto parece ser expressão de egoísmo. Individualizar significa desvincular-se dos segmentos tradicionais, como a família e a casa - buscando uma ligação direta com o Estado (sindicatos, partidos, etc.).

A comunidade norte americana seria homogênea, igualitária, individualista e exclusiva; no Brasil, ela seria heterogênea, desigual, relacional e inclusiva. Num caso, o que conta é o indivíduo e o cidadão; noutro, o que vale é a relação. Isso permitiria explicar os desvios e variações da noção de cidadania. Pois, se o indivíduo ou cidadão não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, é tratado como um inferior. Dele, quem toma conta são as leis. Mas, se a categoria profissional tem

uma ligação forte com o Estado, então eles podem ser tratados diferenciados e com privilégios. (Roberto da Matta, 1991, p. 84-85).

Esta sociedade relacional, em que conta o *você sabe com quem está falando?* implica numa relação vertical de poder e numa hierarquia baseada na *intimidade social*, pois ganha-se "favores" por consideração ao papel social que certas pessoas exercem na sociedade. Assim, o sistema iguala num plano e hierarquiza noutro.

Afirmar que todos são iguais perante a lei e a sociedade parece ser um pensamento bastante utópico. DA MATTA, R. (1991) afirma que existe uma distinção no "você sabe com quem está falando?" existente no Brasil e o "who do you think you are?" existente nos Estados Unidos. Este último pensamento impõe à pessoa a noção de que ela é um ser pensante (*do you think*), com direito a um espaço próprio. Existe, de uma forma implícita, uma consciência individual e a mensagem de que o indivíduo é um ser ativo.

Já o "você sabe com quem está falando?" impõe uma outra visão: a de uma pessoa presa à totalidade social, onde não existe uma consciência individual. O *você sabe?* já incute, implicitamente, a noção de que o outro é um ser ignorante que desconhece as regras do sistema. Consiste num ser passivo que somente recebe regras sociais e que deve obedecê-las. Porém, não consiste numa obediência em relação às regras propriamente ditas, mas ao *você sabe com quem está falando?*

Esta norma (ou ideologia) não consiste em algo natural, mas algo produzido pelas sociedades no sentido de sua perpetuação.

As normas são as regras explícitas ou implícitas, conscientes ou inconscientes que regulam a sociedade, em favor de uma ideologia dominante. (MURARO, Rosie Marie, 1996, p. 24).

Enquanto o *mundo da casa*, segundo Roberto da Matta (1991) é o mundo do privado, das relações familiares e da assimilação de conceitos de cidadania, o mundo da rua é o *mundo do público*, onde relações entre cidadãos pouco existem. "O jeitinho

brasileiro" ou o "você sabe com quem está falando?" desvirtuam o conceito de cidadania.

O autor, com isto, parece querer dizer que, na rua, se está em plena luta e a vida é um *combate entre estranhos*. Está-se sujeito às leis impessoais do mercado e da cidadania que freqüentemente dizem que "eu não sou ninguém". Fica-se, então, à mercê de quem quer que esteja manipulando a ordem social naquele momento.

Então, cabe a pergunta? Que cidadania é construída nesta nova geração que é massacrada por esta cultura de poder? Parece que a essência disto tudo está em produzir formas de alienação, privando as pessoas de qualquer oportunidade de cidadania. O sujeito não constitui-se, pois, como sujeito de sua história, formando uma consciência enquanto indivíduo.

Da mesma forma, as relações de trabalho parecem permear ou perpassar as relações familiares. Uma criança que trabalha na agricultura familiar sugere *uma mescla* entre o *mundo da casa e o da rua*. Estas relações, bem como seus devidos papéis, não ficam diferenciados. Pelo contrário, *casa e rua* fundem-se num mesmo espaço; o que é privado confunde-se no público e vice-versa.

Entende-se que este mundo privado - da casa - é o espaço que solidifica sua personalidade, promovendo vínculos e identificações das mais variadas. Esta esfera é crucial para o desenvolvimento de sua identidade.

Neste ponto impõe-se a pergunta: Se o mundo da casa representa o primeiro ambiente de socialização e de estruturação da personalidade, como isso se passa quando é invadido pelo mundo da rua, impondo a inserção precoce de crianças no trabalho? Mais especificamente, quais as implicações desse processo nas identidades infantis em formação, particularmente a das meninas?...

Cabe salientar que o universo pesquisado consiste de famílias de agricultores, sendo formado pelo marido, esposa, filhos (no mínimo 2 e no máximo 4, entre meninos e meninas). Em alguns casos, cunhados ou parentes mais próximos (primos, tios)

moram perto e conseguem manter constante interação com a família pesquisada. Esta interação, porém, consiste na vinculação pelo trabalho, pois todos trabalham juntos na mesma lavoura e, conseqüentemente, dividem os lucros extraídos dela.

Quanto às crianças, as meninas ficam em casa, enquanto os pais e parentes trabalham no campo. Neste universo, em nenhum momento, foi identificado o trabalho da criança diretamente na lavoura. Os irmãos, quando menores, ficavam em casa com a menina. Apenas irmãos maiores (14 anos em diante) participavam do trabalho na roça. As meninas comentaram que, em alguns momentos ajudam no plantio das sementes de fumo, mas a maior parte das vezes, seu lugar é em casa, com as tarefas domésticas.

Faz-se pertinente compreender, então, alguns dos aspectos mais significativos do trabalho precoce segundo a literatura nacional e internacional mais atualizada sobre o assunto.

Algumas tentativas de descrever as formas de trabalho desenvolvidas por crianças e jovens levaram a uma classificação, segundo pesquisa extraída da Internet, *site* da Fundabrinq (Fundação dos Produtores de Brinquedos - <http://www.fundabrinq.com.br>):

- Trabalho no lar = desenvolvido no ambiente doméstico. Constituído por tarefas que visem o atendimento das necessidades básicas dos membros da família ou desta como um todo.
- Trabalho para a família ou familiar = não doméstico. Realizado sob sujeição da família (participação em unidade produtiva agrícola ou urbana em que não há remuneração específica para cada membro da família, sendo a renda gerenciada pelo chefe da família) ou sob sujeição à família, de quem o trabalhador recebe ordens e a quem entrega o dinheiro ganho.
- Trabalho informal de avulsos = desenvolvido fora do ambiente familiar, em que o trabalhador gerencia suas atividades e sua renda, alugando diretamente sua força de trabalho na prestação de serviço ou no desenvolvimento de atividade produtiva. Evita-se aqui o termo "autônomos", usado pelo IBGE, por ser conflitante com a condição de dependência e incapacidade civil da

criança e do adolescente, além do que estes não têm meios de produção, indispensáveis para o desenvolvimento da atividade autônoma.

- Trabalho informal para terceiros = prestação de serviço ou desenvolvimento de atividade produtiva em que não são completamente preenchidas as condições legais estabelecidas para a existência de relação de emprego, por não ter o pequeno trabalhador jornada definida, nem ser sujeito a ordens ou frequência regular.
- Empregados irregulares = sem contato de trabalho formalizado. A remuneração, geralmente, limita-se ao salário mensal, quase sempre abaixo do salário mínimo.
- Aprendizes = jovens trabalhadores em situação legal e regular de aprendizagem.
- Empregados regulares = no mercado formal, regularizados.
- Atividade própria = atividade produtiva, desenvolvida e gerenciada pelo adolescente.

A Organização Internacional do trabalho (OIT) entende por trabalho infantil *o trabalho executado por criança menor de quinze anos, com o objetivo de prover seu sustento e/ou o sustento de sua família.*

No caso do Brasil, a legislação proíbe que crianças e adolescentes menores de **quatorze** anos exerçam qualquer trabalho. Existe uma ressalva no sentido de que a faixa etária dos 12 aos 14 anos é considerada, pelo mundo do trabalho, como "aprendizes". Aqui, inserem-se os estagiários e "trainees" em empresas, ou o aprendiz de técnico em serviços especializados. Essa proibição está expressa, também, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Tem-se, então, o pressuposto de que a infância vai até os doze anos incompletos e adolescência inicia com esta idade indo até os dezoito anos.

Entre as causas do trabalho infantil são levantadas a pobreza, estrutura do mercado de trabalho, deficiência quanto ao fornecimento de bens e serviços e aspectos culturais.

Podemos considerar como primeira consequência do lançamento precoce das crianças no mercado de trabalho, a negação de um direito fundamental: **o direito de ser criança**.

O desenvolvimento do indivíduo é, antes de tudo, função de suas possibilidades de liberdade. Então, como uma criança irá construir sua cidadania e constituir-se como indivíduo, com direitos e deveres, *se estas possibilidades de liberdade* não lhe são dadas, pelo fato de estar exposta ao mundo do trabalho?

Trata-se de uma forma de inserção perversa porque condiciona as crianças e jovens a se defrontarem com o trabalho adulto em condições de desigualdade. Mantêm-se infantilizados num mundo de adultos. Ao mesmo tempo, revelam dificuldades de abstração, de compreensão desse mundo, buscando na violência, muitas vezes, um modo de ser e de defender-se.

Neste caso do trabalho das meninas, já que circunscreve-se no ambiente doméstico, parece passar despercebido. Vários fatores podem influir, desde ao estereótipo de papel de gênero, ou seja, *faz parte do ser menina, trabalhar na casa, pois isto ensina ela a ser mulher*, até o fato de que a criança, ficando em casa, *não corre riscos e não trabalha no pesado*.

Anteriormente, uma análise feita referiu-se ao entendimento de que o mundo privado - da casa - é o espaço que solidifica a personalidade da criança, promovendo vínculos e identificações cruciais para o desenvolvimento da identidade.

Com o trabalho doméstico, realizado pela menina, esta identidade fica calcada, desde cedo, no trabalho, no cuidar, no ajudar, no limpar e organizar. Este mundo privado é imposto nesta condição e não se tem tempo para o *ser criança*; o mundo público, do trabalho e exigências sociais, impõe-se de forma a não se permitir questionamentos, já que *é necessário fazer isto, pois a mãe não consegue; ela fica o dia inteiro fora, na roça, e quando chega em casa não dá tempo de fazer nada, por isto ajudo ela*, segundo o depoimento de uma das meninas.

O trabalho infantil não é fato recente. Com a imigração européia estabelecendo-se no Brasil, solidificou-se uma mão de obra barata. Autores, entre eles Esmeralda Moura (1982), sustentam a idéia de que em 1888 (momento pós-escravagista), os italianos erradicados em São Paulo substituíram os escravos na lavoura. As pessoas que não ficavam no campo partiam para a cidade na busca de emprego, porém, a maioria acabava por ser "sugada" pelas fábricas que surgiam.

Porém, outro agravante estabelece-se: o italiano era considerado "um artista" e, conseqüentemente, sua mão de obra mais especializada. Assim sendo, o brasileiro era colocado de lado, criando os cinturões da miséria ao redor dos grandes centros que começavam a surgir, na época.

Neste período, ainda, o trabalho infantil já fazia-se presente nas fábricas, como nas indústrias têxteis e de cigarros, com jornadas prolongadas de 14 horas. Surgiram, neste momento, políticas de trabalho para o menor de idade, permitindo sua admissão aos 12 anos, com a ressalva de que estas crianças deveriam ter um "trabalho de não risco", ou seja, serviços leves e que também possuísse adequadas condições ambientais, como luminosidade, ventilação, baixos ruídos. (MOURA, E., 1982).

Mas, o que é considerado "serviço leve"? Observou-se que, muitas vezes, o dito serviço leve é o mais perigoso. Isto ficou comprovado com a indústria têxtil, em que os teares constituíam perigo para as crianças que eram submetidas ao trabalho de ajeitar a lã na roca. Caso uma criança faça um erro neste movimento, pode ser fatal, podendo amputar-lhe o dedo.

Outro fator que leva a criança a permanecer na "escravidão" de seu trabalho é o fato de criarem-se cursos noturnos, em que elas trabalham durante o dia e, à noite, estudam. Assim, não lhes é negado o direito à escola. Mas, e o direito de ser criança?....

Sabe-se que esta jornada de trabalho é imposta precocemente para ela. Uma criança que trabalha durante o dia e estuda à noite pode ser, ainda, chamada de criança?

A fase para a brincadeira, para a diversão, para a tomada de percepção do mundo que a cerca ficam tolhidas ou, simplesmente, inexistentes.

Observando-se estas crianças do meio rural, principalmente as meninas pesquisadas, fica nítida esta questão. O tempo que elas dispõe para o trabalho é impressionante! Acordam, juntamente com seus pais, entre 5:30 e 6:00 horas da manhã; fazem o café, enquanto seus pais estão preparando os equipamentos para ir à lavoura; depois, arrumam a louça que ficou suja, amparam seus irmãos menores (alguns filhos/filhas de seus tios ou parentes próximos). Depois, assumem, totalmente, o controle da casa: varrem, lavam, esfregam, tiram leite das vacas, alimentam os porcos e outros animais. Em seguida, cozinham e esperam seus pais da lavoura. À tarde, vão para a escola (já cansadas, conforme depoimento próprio) e quando voltam (mais cansadas ainda!), ajudam a mãe no jantar (isto quando não fazem elas próprias!); depois, fazem os deveres escolares para o dia seguinte e, somente depois, disto tudo, vão dormir.

Sobrou lugar para a diversão? *Não dá tempo de brincar!... Às vezes, brinco com minha irmã, mas em seguida já tenho que fazer o almoço...* (menina de 11 anos). *Não consigo brincar... Minhas bonecas dei para minha tia que ganhou nenê... eu gosto de brincar de boneca, mas não dá tempo.... sempre tô cansada... brinco, de vez em quando, na quermesse, quando tem, com minhas amigas, de pega-pega ou esconde-esconde, aos domingos...*(menina de 10 anos).

Explanarei, agora, a forma de inserção da criança do meio rural no trabalho.

TRABALHO INFANTIL: SITUAÇÃO DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Quando o tema refere-se ao trabalho infantil, vêm à nossa lembrança imagens, tais como *os pivetes* de rua pedindo esmolas, na tentativa de *levar um dinheirinho para casa*, ou, numa cena mais intrigante, crianças sujas e descalças nas carvoarias ou plantações de cana no nordeste. Porém, não precisamos ir muito longe, pois bem perto de nós, deparamo-nos com uma triste realidade: crianças sendo exploradas por vias sutis e que passam despercebidas.

Estou falando, mais precisamente, do trabalho doméstico – aquele em que é solicitado à criança *ajudar em casa*. Esta ajuda pode estar revestida por uma exploração invisível, principalmente, quando se tratar de meninas ajudando suas próprias mães nas tarefas domésticas.

Neste momento, nossa sociedade parece não se dar conta de que muitas dessas meninas ficam expostas numa situação de risco constante. Mas, o que consiste esta situação de risco?

Os termos *fatores de proteção e de risco, resiliência e vulnerabilidade* têm sido usados na literatura com frequência.

A **resiliência** está relacionada com a variação individual em resposta a situações de risco. É a capacidade de emitir uma ação com um objetivo definido e com uma estratégia de como alcançá-lo. Já a **vulnerabilidade** diz respeito à predisposição individual para o desenvolvimento de psicopatologias ou de comportamentos ineficazes em situação de crise. São respostas mal adaptadas que resultam em conseqüências negativas ao desenvolvimento psicológico. Em princípio, refere-se a todos aqueles elementos que agravam situações de risco ou impedem que os indivíduos respondam de forma satisfatória ao *stress*.

Risco relaciona-se com eventos negativos da vida. Parece haver unanimidade na literatura da área no sentido de que baixo nível sócio-econômico é um importante fator

de risco. A miséria, com todas suas intercorrências, não favorece um desenvolvimento psicológico e social sadio.

MASTEN e GARNEZY apud HUTZ (1996) identificam três fatores de proteção que são fundamentais ao desenvolvimento da criança: (1) características de personalidade, tais como autonomia, auto-estima e orientação social positiva; (2) coesão familiar e ausência de conflitos; (3) disponibilidade de sistemas externos de apoio que encorajem e reforcem a capacidade da criança para lidar com as circunstâncias de vida.

Estudos sobre resiliência e vulnerabilidade têm focado vários aspectos relacionados à competência social, acadêmica e ajustamento psicológico. Vários estudos têm demonstrado que resiliência não é um fenômeno geral, isto é, as pessoas não são resilientes o tempo todo, em todas as áreas. Indivíduos que lidam bem com algumas situações estressantes podem reagir adversamente quando a situação é diferente, ou seja, se a circunstância muda, a resiliência se altera.

RUTTER apud HUTZ (1996) acrescenta que a resistência ao *stress* é relativa, sendo que as suas bases são ambientais e constitucionais, podendo variar com o passar do tempo.

A escola tem uma influência significativa no desenvolvimento infantil. Porém, tem tanto o potencial de aumentar o risco quanto o de proteger as crianças. Todos os aspectos da organização da escola, treinamento e motivação dos professores, equipe técnica, etc., são associados com o desenvolvimento maior ou menor da resiliência acadêmica. Para crianças em situação de risco social ou pessoal, a escola é fundamental para apoiá-las e protegê-las contra a violência doméstica e o stress de suas casas e de outros ambientes não escolares.

O bom relacionamento familiar, competência materna, capacidade de transmitir valores, etc., seriam fatores que favoreceriam o desenvolvimento da resiliência. Entre crianças de famílias desprivilegiadas, atitudes positivas dos pais sobre a importância da educação para o sucesso na vida, também ajudariam as crianças, no futuro, a serem mais competentes social e academicamente. Esta busca de acionamento do meio - pais,

cuidadores, familiares, polícia - é decorrente de um entendimento, por parte da criança ou do jovem, da importância do meio e da capacidade deste de provê-la.

Nos últimos tempos, a migração do campo para a cidade ocorreu de forma intensa. Isto traz consigo o problema do desenraizamento, das favelas, da prostituição, dos filhos ilegítimos. Neste contexto, há a possibilidade das famílias sentirem-se "desprotegidas" ao inserirem-se no processo capitalista.

O trabalho assalariado mantém padrões comportamentais estressantes, pois a mulher vê-se obrigada a "abandonar seu lado feminino" de proteção de sua prole para trabalhar em defesa desta. O homem, da mesma forma, agrega-se ao sistema de forma tal que perde sua capacidade de ditar a lei paterna. Talvez, por sentir-se ditado por uma lei maior, o processo condicionante da produção.

Assim, a família, cada vez mais, é relegada a um segundo plano, ficando subordinada ao processo de trabalho capitalista, leia-se *sobrevivência*.

ABERASTURY (1988, p. 97) comenta da falta de cuidados e proteção com que a família atual mantém com seus dependentes. A criança, por conseguinte, vai buscar esta provisão de cuidados na rua. Ela busca a quantidade de estabilidade ambiental que pode suportá-la; *é uma busca de uma provisão ambiental que foi perdida*.

Assim, as condutas inadequadas podem ser entendidas como resultado da esperança que esses seres têm de serem amparados. Representam uma busca, uma tentativa de recuperação de algo perdido.

Quando se fala em *adequada evolução da personalidade*, entende-se por um conjunto de fatores que influenciam o desenvolvimento emocional de uma pessoa. Fatores, tais como psicológicos (vinculação afetiva entre os membros da família, capacidade de dar e receber afeto, limites e amparo emocional) e sociais (suficiente possibilidade sócio-econômica, nível educacional, etc.). Portanto, neste entrelaçamento do trabalho com a família questiona-se até que ponto existe uma situação ideal, para a criança, em desenvolver, de forma sadia, sua personalidade.

O trabalho doméstico, desenvolvido pelas crianças entrevistadas, nesta pesquisa, parece ultrapassar o sentido concreto de lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar. Isto porque elas, também, *cuidam* de alguém sempre menor em relação à idade que possuem. Cuidam de seus irmãos menores, primos ou vizinhos enquanto seus pais trabalham na lavoura. Esta *maternidade*, precocemente exercida, parece constituir o substrato fundamental da construção da identidade feminina, definindo um jeito de ser mulher, sempre enredada em intermináveis lides doméstica.

Através do trabalho doméstico, e do esmero com que é feito, realizam-se valores fundamentais relacionados ao espaço da casa, sobretudo a limpeza, o capricho e o cuidado. Estas características acabam por enraizar-se na personalidade da menina.

Quando questionadas se gostam de fazer este serviço, algumas são unânimes em afirmar positivamente. Chegam a acrescentar que *isto é trabalho de mulher* e que quando crescerem, vão fazer *assim, desse jeito*, em suas futuras casas.

Assim, destaca-se o lugar da mulher no meio familiar. Um lugar definido por qualidades de limpeza, capricho, esmero e maternagem. Isto parece intensificar-se quando é pedido, por exemplo, a uma criança que fale de seus planos para o futuro e ela responde que *gostaria de ser advogada, mas que acha difícil, pois é preciso estudar muito*.

A hipótese que, também lanço aqui, diz respeito ao fato de se pensar até que ponto esta criança consegue sentir-se inserida no mundo do trabalho. O trabalho, diga-se de passagem, digno e remunerado. Ela parece dizer-nos, com esta fala, que seu destino é permanecer no ambiente doméstico, pois além de ser um lugar de mulher, também é o trabalho que ela aprendeu a fazer (e muito bem).

Parece mostrar que o trabalho doméstico e a maternagem exercida fazem parte do seu *ser mulher* e isto ela não conseguirá abdicar, pois seria como abdicar-se de si mesma.

Poder-se-ia lançar mão de outra reflexão que retrata o trabalho feminino na lógica das *obrigações familiares* e é motivado por ela, não rompendo seus preceitos e não configurando um meio de afirmação individual para a mulher. Isto parece ser reafirmado quando o trabalhar fora, para a mulher, torna-se obrigação, ou seja, para aumentar a renda familiar - uma ajuda para o marido.

Além disso, este trabalho sempre fica entrelaçado com o papel de mãe/esposa/dona-de-casa.

A aceitação do trabalho com o mundo da ordem, tornando-o fonte de superioridade moral, leva, também, à valorização do trabalho dos filhos, segundo SARTI, Cynthia (1996). Esta autora salienta que o trabalho dos filhos faz parte do compromisso moral entre as pessoas da família. Parece fazer parte de um sistema de ajuda e troca, dentro da família, pois aos pais cabe o papel de dar casa e comida, o que implica, então, em retribuições por parte dos filhos. Seu trabalho ou sua ajuda são, assim, forma de retribuição.

Do ponto de vista dos pais, o trabalho dos filhos tem, também, o sentido de uma proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, onde se sofre a influência de *gente ruim* e se anda em *má companhia*, suscitando os fantasmas da droga e da criminalidade.

Este discurso é muito comum nesta região pesquisada. Os pais, constantemente, dizem que preferem ver o filho trabalhando a *vadiando*. Perguntado o que significa este termo, dizem que é *ficar sem fazer nada, pensando bobagem, ou se envolvendo com más companhias que possam fazer a cabeça dos filhos e eles irem para as drogas*.

Também salientam que temem que os filhos *não queiram nada com nada*. Questionados sobre isto, falam que *é ruim o filho, quando adulto, ficar um vagabundo, não querer trabalhar e não ter um futuro bom*.

Neste ponto, as expectativas para meninos e meninas são diferentes. Para o menino, espera-se que ele seja homem trabalhador, honesto, pai de família; que tenha

um emprego fixo, ou seja um homem de negócios. O que mais aparece na expectativa destas famílias é que tenha sua própria terra para continuar o trabalho do pai.

Para as meninas, espera-se que arranje um bom casamento, tenha filhos e seja uma boa dona-de-casa e mãe para ensinar *a suas filhas o que aprendeu*. Numa das falas de uma mãe, esta comentou: *quero que minha filha seja caprichosa como ela é aqui em casa; que cuide das coisas da casa para ter um lar bem formado e um marido bom, pois isto é importante, né?... ter uma família bem formada...*

Referindo-se, agora, a uma das falas de uma menina ela diz: *quando não trabalho, a mãe xinga.... não dá tempo de brincar.... eu gosto de brincar, mas primeiro, a gente ajuda; depois, brinca...*

Esta é uma situação típica do mundo do trabalho destas crianças. Tal percepção da realidade já expõe a criança a uma situação de risco precocemente. Porque condiciona ela numa não possibilidade de escolha, ou seja, ela não tem direitos, apenas deveres que já devem ser cumpridos.

Esta personalidade calcada no dever proporciona uma aquisição de uma identidade fadada a reproduzir, posteriormente, o mesmo padrão de comportamentos que aprendeu. Claro que aqui coloco a questão de forma muito reducionista e sob um prisma comportamental, isto é, utilizando a premissa de que todo o comportamento é aprendido.

Sabe-se que existem dois pólos de interação: existem comportamentos aprendidos e outros que são arraigados pela via simbólica da percepção de sentimentos que ficam internalizados em nosso psiquismo.

Mas, pensando-se nestas crianças que trabalham no mundo doméstico e são privadas de brincar (somente na hora em que seu trabalho permitir), pergunta-se, então, o que elas internalizam em termos de identidade?

A partir da análise feita, pode-se notar que aquilo que é internalizado, fortemente, formando a base de uma identidade é **a forma como as questões de gênero arraigam-se no mundo interno de cada criança.**

O mapeamento do cenário do trabalho de crianças e adolescentes começa a tomar um sentido mais completo a partir do estudo de relações mais amplas entre o que fazem, como fazem, quais as principais características de seu trabalho, a que riscos estão expostos, entre outros elementos. Diante da proposta de erradicação do trabalho precoce, esta poderia ser uma investigação desnecessária, no entanto, saber os detalhes que compõem a racionalidade do uso de tal espécie de trabalho é fundamental para reforçar e consolidar o argumento de que esta não é uma atividade natural e compatível com a fase de desenvolvimento de crianças e, pelo menos, de adolescentes mais jovens. (FERREIRA, Marcos. Relatório sobre o Trabalho Infantil na região do Nordeste Brasileiro, 1999).

DIFERENTES VISÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Na realidade, o trabalho infantil não é fato recente. Conforme já foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, existe um histórico a respeito deste assunto. Suas origens remontam ao período da imigração e a própria Revolução Industrial do final do século passado. Neste período, explica-se a existência do trabalho infantil, por ser mão de obra barata, para os capitalistas emergentes da época, e, mais tarde, a própria Grande Guerra definiu comportamentos diferentes para as pessoas. Isto porque, enquanto os homens lutavam, as mulheres e crianças iam para as ruas em busca de trabalho.

Atualmente, o assunto veio à tona, porém com uma forma diferente. Hoje em dia, encontramos crianças nas ruas (prostituído-se, pedindo esmolas, ou vendendo raspadinhas), no trabalho forçado da agricultura ou, ainda, num lugar que poucos reconhecem como sendo um espaço de trabalho para a criança. Porém, há bem pouco tempo atrás, a idéia de que a pobreza era a causa principal do trabalho de crianças

predominava. Alguns autores que estudaram o problema fizeram diferentes colocações a respeito.

A pobreza é transmitida ao longo das gerações, sendo o trabalho precoce de crianças o "elo entre a velha e a nova pobreza", idéia enunciada por Zylberstajn *et al* em 1985. Esta é refutada, em parte, por BARROS (1991) - <http://www.fundabrinq.com.br> - que afirma "não parecer existir nenhuma evidência direta de que o trabalho precoce induza a menores rendimentos no futuro e seja um veículo para a transmissão intergeracional da pobreza".

Dados censitários e levantamentos amostrais têm contribuído para traçar um quadro diferencial da pobreza. Recente estudo considera, simultaneamente, a moradia, a instrução, o emprego e a renda para caracterizar as famílias com crianças e adolescentes na região metropolitana de São Paulo, elaborando visão mais precisa, tanto das necessidades como das formas de inserção da mão-de-obra jovem no trabalho.

Uma tese complementar, que atribui a causa da pobreza ao processo de imigração rural-urbana, é largamente refutado pelos dados que mostram que "não há diferenças significativas quanto a alocação dos trabalhadores migrantes e não-migrantes, nem por setor de atividade, nem quanto às precárias condições de vida". Dado mais expressivo, ainda, refere-se ao fato de que, na grande maioria das regiões metropolitanas brasileiras, as taxas de atividade da população migrante são superiores às dos não-migrantes, bem como os níveis de desemprego aberto são menores entre os migrantes (Campino *et Al*, citado por Pires, 1979, p. 73-75).

A desagregação familiar como uma das causas do trabalho de crianças é refutada, tanto por dados censitários, como por trabalhos empíricos de base qualitativa. O recurso ao trabalho dos filhos é fruto da pobreza. As famílias chefiadas por mulheres e com filhos pequenos são as que se encontram mais freqüentemente no limiar da miséria. Torna-se imprescindível o trabalho de crianças para manutenção do grupo familiar. Estudos efetuados entre crianças que trabalham nas ruas do Rio de Janeiro afirmam que a grande maioria mantinha vínculos familiares (Fausto e Cervini, 1991). - <http://www.fundabrinq.com.br>.

Uma das tragédias de sobrevivência, apontada por Fonseca (1993) - <http://www.fundabrinq.com.br> - é a circulação de crianças entre parentes e vizinhos, por tempo determinado ou enquanto a mãe ou o pai estão em maiores dificuldades. A circulação de crianças mostra padrões e valores diversos dos vigentes na classe média e estratégias de sobrevivência decorrentes das precárias condições de vida.

Estamos diante de outras formas de estrutura e organização familiar e não necessariamente de desorganização e abandono, conforme se afirmou na literatura sobre o tema.

O trabalho de crianças "é uma virtualidade intrínseca ao modo capitalista"? A noção de infância é fruto de mudanças fundamentais no sistema de divisão do trabalho na sociedade, com a criação de uma esfera doméstica de vida privada referente à mulher, aos criados e às crianças, separada do mundo do trabalho individualizado e da vida pública referente ao homem. As mulheres ficam restritas à educação das crianças, e estas são preparadas para a vida e para o mundo do trabalho, segregadas da vida pública, limitadas à esfera doméstica e à escola.

As formas que o trabalho de crianças assume, na especificidade do capitalismo brasileiro, permitem a Ribeiro (1992) considerar, na produção rural, a "fração infantil da força de trabalho; e nos centros urbanos, as atividades laborais voltadas unicamente para a sobrevivência que não são acompanhadas de um processo de proletarização, como ocorreu nos países de capitalismo avançado, no início da industrialização".

Este processo, que "expropria, mas não necessariamente proletariza", leva a população excluída, principalmente crianças e jovens, a transformar os espaços públicos (a rua) " em áreas de manifestação das lutas pela sobrevivência, transformando-os em espaços privados, geradores de rendimento em dinheiro ou espécie, necessários à manutenção do grupo familiar" (Ribeiro, 1993). - <http://www.fundabrinq.com.br>.

A descrição deste mesmo processo leva Martins (1991) a afirmar que no Brasil, como nos demais países do terceiro mundo, o que encontramos são crianças sem infância.

ADOMO (1991), - <http://www.fundabrinq.com.br> - tratando desta mesma população, fala em socialização incompleta. "Trata-se de uma forma de inserção perversa, porque condiciona crianças e jovens a se defrontarem com o trabalho adulto em condições de desigualdade. Mantêm-se infantilizados no mundo adulto. Ao mesmo tempo, revelam dificuldades de abstração, de compreensão desse mesmo mundo por outras mediações que não sejam a da relação tête-à-tête, da busca imediata de soluções para problemas cotidianos, do enfrentamento dos outros por outra linguagem que não seja a violência como um modo de ser".

A noção de infância. vai permitir chegar a uma afirmação da maior importância, aliás enfatizada na literatura brasileira apenas por Pires (1988) - <http://www.fundabrinq.com.br> - um jovem pesquisador, de que o trabalho de crianças não é intrínseco ao capitalismo, mas resulta de determinadas formas concretas assumidas por este modo de produção.

Esta colocação permite, ao mesmo tempo, aceitar as denúncias sobre trabalho de crianças na sociedade brasileira e pensar na possibilidade de superá-las. Se o trabalho de crianças é dispensável no capitalismo, cabe à sociedade civil, aos partidos políticos, aos sindicatos e aos movimentos sociais, o papel de reverter o processo de pauperização, viabilizando a saída da criança do mercado de trabalho, garantindo-lhe a proteção e a frequência à escola.

Em suma, a produção de conhecimento, na última década, permite traçar um quadro mais diversificado da realidade brasileira, qualificando e dimensionando as diferentes modalidades da pobreza, descrevendo as estratégias de sobrevivência e as multiplicidades de estruturas e organizações familiares da classe trabalhadora, caracterizando as formas com que a especificidade do capitalismo brasileiro utiliza a "fração infantil da força de trabalho". Logo, o equacionamento do problema dependerá

de uma maior elaboração de políticas públicas que permitam uma sensibilização, na sociedade brasileira, de que a infância é um direito a ser vivido pela criança.

A legislação que proíbe o trabalho de crianças no Brasil é muito semelhante à de outros países da América Latina que, quase simultaneamente, adotam o mesmo ideário, o mesmo aparato institucional, e os mesmos parâmetros, obedecendo, porém a especificidades nacionais (Mendez, 1992).

Interessante notar que o trabalho da criança despertava muito pouco interesse na grande imprensa, na década de 70. Segundo fontes extraídas do site da Fundabrinq (<http://www.fundabrinq.com.br>), de um total de 512 notícias obtidas por amostra, apenas 31 (6%) referiam-se ao trabalho da população de 10-14 anos.

O Estado de S. Paulo mostra a efetividade do trabalho de crianças na indústria, nas feiras-livres e nas guardas-mirins. Denuncia a inobservância da legislação, assume uma postura legalista e enfatiza providências a serem tomadas, no sentido da regulamentação do trabalho. **Não questiona a natureza da atividade e a ausência de aprendizagem.** Defende a equidade salarial e a regulamentação das formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Do conjunto da amostra, 3% de notícias eram dedicadas ao trabalho da criança e 39%, ao problema da delinquência infanto-juvenil.

Já a Folha de S. Paulo preocupa-se de forma ambígua em relação ao tema. Não tem linha definida ou proposta política própria, tomando posição segundo o momento, as circunstâncias e o apoio a eventuais grupos do poder. Ao mesmo tempo em que denuncia o abandono e os riscos a que estão submetidos os "trabalhadores de rua", empreende uma campanha pela mudança da legislação que regulamenta o trabalho do menor de idade, tendo em vista facilitar o emprego, pelo empresariado, sem a necessidade de vínculos empregatícios formais. A ênfase na profissionalização é acompanhada de proposta de flexibilidade nos contratos e nos salários, visando a preparação para o trabalho. É dada pequena importância ao trabalho efetivo de crianças.

Neste jornal, portanto, qualquer atividade laboral da criança, realizada sob controle institucional, é preferível à liberdade das ruas. As matérias são sempre dirigidas

para o aprendizado profissional, seja como possibilidade de ascensão social, seja como forma de prevenir a "marginalização social" e a "delinqüência potencial". O noticiário sobre trabalho da criança ocupa 10% da amostra, enquanto 24% são ocupados com problemas da delinqüência juvenil.

Em Notícias Populares encontra-se uma defesa das propostas oficiais sobre a profissionalização dos menores trabalhadores sem qualquer questionamento, uma vez que todas elas **são percebidas como formas de prevenção da delinqüência**. O jornal defende todos aqueles que, em nome da aprendizagem e da formação para o trabalho futuro, empregam crianças: empresas, igrejas e até mesmo o próprio Estado. Ao mesmo tempo, aprova as iniciativas oficiais e a associação entre trabalho e escola para menores de 14 anos. No entanto, as notícias sobre trabalho representam apenas 5% do total e as que tratam da delinqüência ocupam 59%.

Percebe-se que os jornais raramente dão ênfase às formas de exploração às quais a criança trabalhadora está sujeita. As denúncias, quando ocorrem, visam sempre pessoas isentando as instituições de qualquer responsabilidade por desmandos e irregularidades. Por exemplo: o desfalque ocorrido numa organização de guardas-mirins é noticiado como atitude incorreta de um funcionário que foi despedido; a guarda-mirim, que emprega meninos de sete a 12 anos em trabalho de limpeza pública e desempenha o papel de intermediária na alocação de mão-de-obra, não é questionada.

A entrada maciça de jovens, na faixa 10-14 anos, na população economicamente ativa, na década de 70 não chegou a constituir matéria de interesse para os jornais. Eles reivindicam maior controle e uma regulamentação específica para o trabalho. O trabalho da criança é tolerado, porque é visto como uma prevenção à delinqüência. Não constitui tema de debate público. Pode-se mesmo afirmar que, na década de 70, a exploração do trabalho da criança é omitida do noticiário.

Teria mudado esta situação na década de 90 com a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Um levantamento sistemático, embora não amostral, feito em jornais da grande imprensa de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, obedecendo aos mesmos critérios da pesquisa anterior, isto é, jornais destinados às classes dirigentes, às classes médias e às classes populares, entre 1990 e 1992, chegaram às seguintes constatações: o número de notícias, diretamente voltadas para o trabalhador-criança é, ainda, muito pequeno na imprensa.

Nos jornais de São Paulo a relação é a seguinte: O Estado de S. Paulo - 13 notícias, Folha de S. Paulo - 21 notícias, Notícias Populares - duas notícias. Aparecem algumas denominações ausentes na década anterior, tais como "meninos de rua", "garotos de rua". Por exemplo "Garotos fiscalizam rua em Sorocaba" (OESP 10/08/1990, p. 32) ou "Boituva emprega meninos de rua" (OESP 04/10/1990, p. 13) ou "Crianças escravas" (NP 06/06/1992, p. 5). Raras são as publicações que denunciam claramente a exploração em notícia de primeira página, como a FSP: "Cinquenta mil crianças de 6 a 13 anos ajudam na colheita de cana em Alagoas" (FSP 23/10/1991 caderno 1, p. 10) ou ainda matéria assinada por Maurício de Oliveira "Crianças de rua cuidam de pacientes em hospícios" (FSP 17/05/1992, p. 6).

Pelo teor das notícias, pode-se afirmar que os jornais persistem na mesma tônica da década anterior. O Estado de S. Paulo continua voltado para as classes dirigentes e persiste na posição legalista. A FSP dando maior ênfase à delinquência do que à exploração do trabalho e Notícias Populares não tratam do assunto.

Os três jornais do Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, O Globo e O Dia) trazem, para o período analisado, maior número de notícias diretamente ligadas ao tema do trabalho da criança. O Jornal do Brasil emprega no noticiário, indiferentemente, os termos "criança", "garoto", "menino", "menino de rua" e "menor", referindo-se ao trabalho da criança, numa conotação que não discrimina os sujeitos da notícia de maneira negativa. Por exemplo: "Menino de rua quer emprego e escola" (JB 06/11/1990, p. 5) "Meninos de rua vendem suas plantas em museu" (JB 11/04/1991, p. 4) "Novos guias-mirins" (JB 01/04/1992). De um total de 131 notícias, no período, 33 (1/4) referiam-se diretamente ao trabalho da criança.

No jornal O Globo a ênfase é dada a meninos de rua, mas ainda se usa o termo "menores", quando se refere ao trabalho. "Meninos carentes viram guias turísticos" (O Globo 02/04/1991, p. 13) "Meninos de rua ajudarão em limpeza de parque" (O Globo 10/04/1991). "Meninos engraxates: o trabalho é igual, a renda não" (O Globo 30/11/1991). O noticiário sobre trabalho é pequeno. De um total de 64 notícias veiculadas no período, apenas 19 (33%) tratavam diretamente do tema.

O jornal O Dia emprega nas notícias, os termos "meninos de rua" e "menor carente". Parece ter, assim, maior aproximação com as questões de trabalho de seu público leitor. "Denominada empresa que explora menor" (O Dia 25/02/1992, p. 20) ou matéria assinada de Carlos Nobre "Menor que trabalha teme Juizado" (O Dia 08/04/1990, p. 9). Das 35 notícias levantadas no jornal, 15 (quase 50%) tratam diretamente da questão do trabalho.

No período considerado, os jornais do Rio de Janeiro tratam mais do trabalho da criança em seu noticiário do que os jornais paulistas. Observa-se, porém, que, como em São Paulo, a grande imprensa não considera o trabalho da criança como um tema a ser problematizado.

O jornal Zero Hora, de Porto Alegre, assume uma posição mais clara de denúncia - "Menores explorados no interior" (ZH 03/01/1992, p. 32) e "O inferno de crianças escravizadas" (ZH 01/05/1992, p. 8), embora com pequeno número de notícias sobre o tema. Do total de 79 notícias levantadas no período, apenas sete (12,8%) eram diretamente ligadas ao tema.

Em síntese, a grande imprensa do sudeste brasileiro não chega a problematizar o tema do trabalho da criança, em seu noticiário. Verificou-se, porém, uma modificação de vocabulário. Denominações de "meninos e meninas de rua" ou "garotos" são uma nova maneira de tratar o tema. As discussões que antecederam a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente levaram a uma conscientização de que a denominação "menor" deve ser limitada à esfera jurídica, tratando crianças e adolescentes como categorias não contaminadas com o estigma da transgressão e da delinquência, sendo

isto um passo para um tratamento mais igualitário, ancorado numa idéia de justiça e de cidadania.

A informação sobre os destinos da infância no Brasil, no âmbito da grande imprensa, está ainda presa à idéia de abandono, carência e incompetência das classes trabalhadoras. Verifica-se um enorme hiato entre a produção de conhecimento e a informação da mídia. A leitura do noticiário permite detectar uma especificidade de situações que é minimizada pela imprensa: distinções como a "criança-escrava"; o "trabalhador-criança com menos de 10 anos"; o "trabalhador-criança de até 12 anos"; o "trabalhador criança de 12 a 14 anos" compreendem uma variedade de situações que exigiram, uma vez denunciadas, punições e ações diferenciadas do poder público.

O processo de democratização tomou a sociedade brasileira menos tolerante em relação às injustiças sociais. Um processo de tomada de consciência começa a se configurar, embora as ações e projetos nesse sentido ainda constituam práticas esparsas e desarticuladas, tanto na área governamental, quanto não-governamental.

Para que se pense em uma política efetiva de erradicação do trabalho da criança, torna-se necessário estabelecer princípios e prioridades e vontade política em relação ao tema.

A produção de conhecimento, dentro dos cânones da produção do saber científico, tem denunciado o trabalho infantil, mas pouco tem feito para defender os interesses dessas crianças, na medida em que deixa de contribuir com propostas concretas para a elaboração de **políticas públicas capazes de erradicar o trabalho delas e priorizar a escola.**

A legislação, como já afirmamos, é ambígua: ao mesmo tempo em que proíbe o trabalho da criança e reconhece que o trabalho do adolescente deve ser compatível com o seu desenvolvimento físico, deixa indefinidos os conceitos de aprendiz, bolsa de aprendizagem e trabalho sócio-educativo. Tais imprecisões induzem à persistência da tolerância em relação ao trabalho infantil.

A idéia de que a criança é um sujeito de direitos ainda é muito nova na sociedade: precisa ser mais veiculada e exaustivamente debatida. A mídia, como caixa de ressonância da sociedade, fica presa entre a denúncia da produção do saber e a ambigüidade da lei, impossibilitada de problematizar a questão do trabalho da criança, porque não dispõe de ações de cidadania para orientá-la no sentido da afirmação dos direitos da criança.

Para que este quadro de tolerância, em relação ao trabalho da criança, seja erradicado da sociedade brasileira, torna-se imperativo estabelecer uma rede de conexão entre o mundo da produção de conhecimento e a sociedade organizada (movimentos sociais, sindicatos, Congresso Nacional, Governos Estaduais e Federal) para estabelecer prioridades e práticas, a saber:

- definição clara de políticas sociais para empresários e sindicatos, enfatizando o princípio de que o salário e os direitos são iguais para adultos e adolescentes, sendo a escola a atividade obrigatória **para as crianças** e o trabalho assistido e protegido, obrigatório para os adolescentes;
- campanhas de debate e esclarecimento público sobre o avanço, o alcance e o significado do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ainda precário e imperfeito, necessita da participação de todos os segmentos de nossa população para que seja aperfeiçoado e se torne um instrumento legal de atuação efetiva, emergindo em nossa sociedade a criança como sujeito pleno de direitos.

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR:

Como está sendo visto, o trabalho infantil não é um fato recente. Porém, sua divulgação está a todo vapor nos últimos anos, em que órgãos governamentais e não governamentais aboliram a cassação de empregadores da mão de obra barata que é a criança.

Instituições diversas, como a UNICEF, a OIT, a Fundabrinq, o Ministério do Trabalho e tantas outras, estão enfatizando campanhas de conscientização à população, alertando ao fato de que o trabalho infantil é desumano, cruel e prejudicial ao sadio desenvolvimento de uma criança.

Nas mais diversas regiões do Brasil, encontramos diferentes tipos de trabalho infantil (já citado no início deste trabalho). A região de Santa Cruz do Sul é caracterizada pelo uso da terra com o plantio de fumo, em especial. É neste modo de produção que se insere o trabalho infantil.

Outra característica local é a agricultura familiar, ou a pequena propriedade familiar. Neste modo de produção algumas características essenciais são citadas por ETGES, Virgínia (1991) quanto ao fato de que *a pequena produção familiar representa, na história da economia do Rio Grande do Sul, a forma de resistência da agricultura quando ela se articula aos padrões de acumulação do país e, também, uma fonte contínua de inovações, uma vez que dela surgem as novas possibilidades de produção que poderão ser desenvolvidas, quando oportuno, pelos segmentos fortemente capitalizados da agricultura.*

Estes agricultores são descendentes de alemães, vindos através da imigração do século passado, que se distribuíram em unidades familiares de produção. Estas unidades se mantêm até hoje, sustentadas com o suor de todos os componentes da família : pai, mãe, filhos. Geralmente, a terra é passada de geração a geração, tendo um forte elo emocional entre seus membros e a propriedade. Isto, por si só, já contribui para o fato de todos os seus integrantes se unirem num objetivo comum - produção - e manterem laços não só familiares, mas de trabalho também.

Neste ponto, entram as relações de trabalho entre *pais-filhos-patrão*, ou seja, as crianças são submetidas a relações de poder com seus próprios pais (que tornam-se seus empregadores) e relações, também, com a empresa que mantém esta mão-de-obra barata e peculiar. **Peculiar porquê?** Porque é fácil comandar crianças e extrair delas um trabalho que não lhes compete, seja por seu físico não preparado para tal, ou por questões emocionais as quais não encontram-se aptas a pressões típicas de qualquer trabalho.

A participação dos membros da família é proporcional à quantidade de atividades que dependem do trabalho manual. As mulheres participam tanto quanto os homens e sua presença é notável no sistema irrigado. Não obstante, a atividade masculina predomina, principalmente em relação aos cuidados dispensados aos animais e às vendas. Por outro lado, o trabalho das mulheres é mais significativo no que se refere à horta e à granja, assim como ao preparo de alimentos (moagem de milho e feitura de queijo). Assumem o trabalho doméstico e a educação dos filhos concomitantemente.

Na divisão do trabalho familiar, os homens (pai, filhos e genros) assumem as tarefas mecanizadas. A venda e a contabilidade dos produtos é responsabilidade deles também (LAMARCHE, H., 1993, p. 201). As mulheres (esposas, filhas e noras) participam da capina e da colheita - atividades manuais. Ao mesmo tempo, assumem as tarefas domésticas.

Segundo LAMARCHE, Hugues (1993, p. 202), existe uma fraca participação das mulheres (especialmente as esposas) nas atividades produtivas no nordeste brasileiro. Isto decorre tanto da mecanização da cultura do algodão, como do emprego de insumos químicos que reduziu as atividades manuais.

Este mesmo autor ainda cita que esta realidade é diferente no sul. As mulheres, nesta região, participam mais do trabalho de exploração. A participação dos homens é mais no trabalho mecanizado de preparação do solo, capina, colheita e comercialização dos produtos. Esta idéia é corroborada pelo fato de que, na região fumicultora de Santa

Cruz do Sul, geralmente, é o homem quem comercializa o fumo nas empresas multinacionais.

Segundo o FERREIRA, Marcos (1999):

A densidade maior da presença de meninas em tecelagens e casas de farinha, ambos no Rio Grande do Norte, e a situação oposta nas áreas fumageira de Alagoas e na citricultura de Sergipe pode ser complementada com algumas informações qualitativas tomadas das famílias e o conhecimento dos processos produtivos e algumas de suas principais características. Nas casas de farinha as meninas acompanham suas mães desde pequeninas em tarefas consideradas "leves" pelas famílias, tanto que também há, neste caso, um equilíbrio entre as faixas de idade. A falta de locais adequados para deixar os pequeninos funciona como um mecanismo de envolvimento precoce em algumas atividades a pretexto de "ajuda". Já na citricultura as tarefas exigem muito mais esforço físico e mobilidade, podendo ser a razão de meninos e, mais ainda, mais adolescentes que crianças estarem com maior presença. Além disso, trata-se de uma atividade que exige deslocamentos longos em veículos quase sempre inadequados para o transporte humano. As tecelagens possivelmente empregam mais meninas do que meninos por tratar-se de um conjunto de atividades mais identificadas com a paciência e atenção das meninas.

Em nossa região, a participação das mulheres é mais significativa nas tarefas manuais (preparação do solo, capina e colheita) e nos cuidados dos animais. Seu trabalho também é predominante nas atividades relativas à horta e ao viveiro de animais - geralmente visto como extensão do trabalho doméstico - e nas atividades anexas que envolvem a transformação artesanal da produção.

Quanto à estrutura familiar destes produtores, autores como LAMARCHE, H. (1993) apontam que a expectativa destas famílias está em manter a "herança" dos filhos. Isto quer dizer que o filho homem terá seu futuro garantido, herdando a terra do pai e mantendo o trabalho de exploração da mesma. Em relação às filhas, o futuro diz mais respeito ao casamento e filhos, mantendo a menina num mundo doméstico.

Quanto às atividades profissionais fora da agricultura, são os homens quem têm a chance de exercê-las. Uma vez saídos do setor agrícola, tornam-se operários ou empregados, enquanto as filhas (quando saem) empregam-se no setor público ou em instituições. Outras profissões são pouco representativas.

A riqueza aparece como vergonha, algo ilícito, que deve ser justificado. A idéia da herança, "o repartir entre os filhos", faz com que a infância seja o período da vida em que a criança se prepara para herdar. Como diz MARTINS, J. S., 1993, p. 67:

A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define, para as crianças desses lugares, a infância como um intervalo no dia e não como um período peculiar da vida, da fantasia, do jogo e da brincadeira, do amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão à escola e, depois, brincam, no fim do dia, na "boca da noite". A infância é o resíduo de um tempo que está acabando.

Este mesmo autor, ainda, faz uma diferenciação entre a criança pertencente aos posseiros de terras e a que pertence à vida rural, do campo, "filha de colonos". A primeira parece ter a infância *marginalizada* pelo trabalho; a segunda, *incorporada* pelo mesmo. Portanto, esta diferenciação é importante, pois reflete uma peculiaridade na questão de como essa criança vai constituir uma auto-imagem própria.

Então, parece que um ítem importante é lançado nessa questão: a criança do meio rural, assim como sua família, internalizaram o trabalho como fazendo parte de suas vidas e não como um meio de subsistência.

Isto parece ser nítido quando estas famílias não possuem senso crítico algum para esta questão do trabalho infantil. A propósito, nenhuma família pesquisada reconhece o trabalho que suas filhas fazem como sendo um trabalho de exploração de um ser que não está preparada, tanto física com emocionalmente, para esta sobrecarga de tarefas.

A visão que predomina é a de que *é importante trabalhar desde cedo*. Conforme uma das mães comenta: ... *eu também trabalhei desde pequena; isto é bom... ajuda a entender o valor das coisas, que a vida não é fácil....* (mãe de menina de 11 anos).

Outra mãe ainda diz: *minha filha toma conta da casa! É uma verdadeira dona-de-casa! Na idade que ela tá, isto é bom! Ajuda a não pensar em besteira!....* (mãe de menina de 12 anos).

É impressionante o conceito que estas famílias possuem do trabalho, como sendo algo positivo na vida de suas filhas. Ninguém se dá conta de que é um trabalho precoce para a idade destas meninas. Ninguém enxerga que estas crianças não tem infância; pelo contrário, a perderam precocemente e já foram inseridas num mundo de deveres e obrigações porque parece que é assim que *se torna uma pessoa de bem! Isto é ser uma pessoa responsável!...*

E não estou falando, ainda, do *ser mulher!* A identidade de gênero parece ficar restrita a obedecer ao estereótipo de dona-de-casa. Mas, este ponto mais tarde será discutido.

A IDENTIDADE SOB DIFERENTES OLHARES TEÓRICOS

Remeto-me, inicialmente, à pergunta: *por que estudar a identidade?* Saliento que esta é uma preocupação natural da Psicologia, pois como ciência, ela considera fundamental este estudo para o entendimento da constituição do ser bio-psico-social.

Entende-se que o ser humano é constituído, em sua personalidade, por fatores biológicos (inatos e hereditários), psicológicos (que ele vai formando ao longo do tempo) e sociais (vai sendo influenciado e influencia este meio em que vive).

A construção da identidade dá-se pelo contato, em especial, com seus familiares. É um processo muito complexo, ocorrendo em diferentes níveis.

ZIMERMAN apud GRUBITS, Sônia (1996) coloca que o sentimento de identidade se processa nos planos sexual, social, profissional, entre outros, a partir de identificações. No plano social, os valores culturais se firmam através de normas, hábitos, leis, preconceitos e são fatores determinantes na construção da identidade.

Para este autor, ainda, a família e, principalmente, os pais são os primeiros modelos de identificação. E para isto ser efetuado com sucesso, faz-se importante o contato, o vínculo entre a criança e seus responsáveis. Mas, afinal, o que é este vínculo?

Talvez, caiba aqui, entendermos algumas visões sobre a formação da identidade. Como este não é um conceito unilateral, ou seja, para entendermos a identidade, faz-se necessário diferentes visões para explicitar, detalhadamente, esta noção. Portanto, serão expostos estudos psicológicos, antropológicos e sociais para explicar a construção de uma identidade.

1. A Identidade sob a ótica da Psicologia:

Para alguns autores dentro da Psicologia Clínica, como Aberastury (1986), Bolwby (1987) e Spitz (1986) a identidade já começa a formar-se no início da vida intra-uterina. A partir do momento em que a mãe percebe, reconhece e transmite ao seu ventre sensações e sentimentos de carinho, ternura, proteção e afeto são assentadas as bases em que este vínculo será construído. São laços de ternura que serão os protótipos de um sentimento de auto-estima e segurança para a criança que se desenvolve.

Ainda dentro do âmbito da Psicologia Clínica, outro expoente importante é Donald Winnicott (1988). Ele chamou a atenção para o conceito de *self*. Refere-se a isto como um sentimento de si próprio, ou seja, a representação que temos de nós mesmos. Disse que, com o desenvolvimento da criança, *o self* é formado pela própria interação dela com a mãe. Esta é figura principal no desenvolvimento da identidade, de um senso de *self*, na criança.

As patologias, para este autor, ocorrerão quando a pessoa sofrer de uma *ausência de identidade do self*. Ele explica isto com os sintomas da depressão e, em casos mais graves, da própria psicose, sendo esta doença de total despersonalização – como se o sujeito não tivesse uma identidade própria, um senso de si próprio. Isto ocorreria quando, em algum momento do desenvolvimento emocional, a criança tivesse sofrido uma perda, ou se sentido ameaçada por ela, em especial perda do sentimento de amparo que a mãe, inicialmente, proporciona.

Para estes autores da Psicologia Clínica, para a pessoa adquirir uma identidade ela precisa, inicialmente, sentir-se pertencendo a outrem. É o que John Bolwby (1988) chama de *figuras de apego*. Espera-se que esta função seja desempenhada, inicialmente, pela mãe, mas pode referir-se a qualquer figura que proporcione amparo emocional para a criança.

Então, no momento em que me espelho em alguém, tenho um ponto de referência para saber quem sou. Obviamente, aos poucos, este ponto de referência vai se tornando diferenciado, a tal ponto de proporcionar uma maior independência da criança em relação as sua figuras de apego. É o que Margaret Mahler (1989) chama de fase da separação-individuação.

Esta autora explica que esta fase é vivenciada em vários momentos de nossa existência; salienta que estamos, constantemente, em busca de uma separação (cada vez mais completa) de nossas figuras de apego, rumo a uma independização maior, ou seja, rumo a um sentimento de individuação e autonomia maiores. Portanto, fala que existem três grandes momentos do processo de separação-individuação: a primeira seria a fase de separação e busca de uma individuação que compreende as idades de um ano e meio a três anos (fase de primeiros contatos com o mundo que cerca a criança), culminando na segunda grande fase, a edípica (6 anos), sendo esta uma fase mais intensa de descobertas de si próprio, como do mundo externo; a próxima fase compreenderia a pré-adolescência ou latência, aos 7 anos (ingresso escolar), sendo este um momento de independização maior, pois envolve a capacidade da criança de ingressar no mundo social, de forma mais intensa e, a última etapa, a adolescência (a partir dos 12 anos), com todas suas características de busca de autonomia e de uma identidade crescentes.

Sendo assim, é importante, no desenvolvimento infantil esta ligação afetiva da criança com a mãe, pois isto assenta as bases para a formação da identidade.

A teoria psicanalítica acredita muito neste sentimento de pertencimento a alguém. Crê que seja estruturante ao desenvolvimento psíquico esta vinculação mãe-filho para o sentimento de identidade.

Sendo assim, a literatura tem dado ênfase ao fenômeno da interiorização para que a identidade se desenvolva plena e satisfatoriamente na infância. Segundo BERGER e LUCKMANN apud GRUBITS, S. (1996) *a interiorização constitui, em primeiro lugar, a base da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. Somente depois deste processo é que o indivíduo se torna membro da sociedade.*

A criança se torna pessoa somente na medida em que aprende a se localizar em seu mundo social, incorporando as universalidades simbólicas dos papéis fundamentais de seu ambiente familiar e, mais tarde, as normas de ação de grupos mais amplos. A identidade natural, acoplada a seu organismo, é substituída por uma outra, constituída por papéis e mediatizada simbolicamente. (GRUBITS, S., 1996, p. 38).

Neste momento, a Psicologia aprofunda o conceito de identidade, remetendo-se, também, à importância dos papéis sociais. Remetemo-nos, então, ao seu conceito que inclui dizer que são abstrações construídas nas relações sociais e que são concretizadas em personagens.

Segundo JACQUES (1993), *o papel se refere a certa reprodução de atividades padronizadas previamente que caracterizam o personagem com proposições predicativas. Os papéis sociais caracterizam a identidade do outro e o lugar no grupo social.*

Complementando o pensamento da autora, o papel social só vai ser reconhecido e legitimado *pelo outro*. É conceito relacional, pois envolve interação social.

HABERMAS apud JACQUES complementa, ainda, dizendo que *à identidade natural segue a identidade de papel que se forma pela incorporação das universalidades simbólicas dos papéis mediados pelas relações familiares e, mais tarde, pelos grupos mais amplos.*

Esse assinalamento do social na construção da identidade é importante para entender este processo que, mais adiante, retomo como ponto importante de discussão.

Agora, creio que seja importante uma visão de outras correntes de pensamento a respeito da identidade. Reponho-me, então, às noções que a Antropologia nos proporcionou sobre esta questão.

2. A Identidade num olhar antropológico e social:

Antropólogos como Goodenough (1963), Moerman (1965) e sociólogos expressados nas pessoas de Goffman (1963) McCall & Simmons (1966) têm trabalhado a noção de identidade e procurado mostrar como a identidade pessoal, assim como a social estão interconectadas.

O nível individual, em que a identidade pessoal é objeto de investigação, entrecruza-se com as noções da Psicologia. Já no plano coletivo, a identidade social se edifica e se realiza, espaço em que a Psicologia Social insere-se também.

A identidade social e a identidade pessoal são parte, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. (GOFFMAN, 1963, P. 105).

A Antropologia trabalha com a identidade de grupos, em especial com a noção de identidade contrastiva que é explicada como a *afirmação do nós diante dos outros* (OLIVEIRA, Roberto C., 1976). Este autor fala que quando uma pessoa ou grupo se afirma como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição; ela não se afirma isoladamente.

GRIMBERG & GRIMBERG *apud* OLIVEIRA (1976) apontam que *um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre semelhança e diferença, entendidas aqui como semelhanças e diferenças de alguém consigo mesmo no curso do tempo, ou com outro no plano grupal e com os outros.*

Creio ser elucidativa esta citação, pois exprime o processo de aquisição de uma identidade por formas contrastivas, ou seja, a pessoa se diferencia em relação a uma

outra pessoa ou grupo com o qual se defronta – é uma identidade que surge por oposição, implicando na formação do eu.

Identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. (BERGER & LUCKMANN apud OLIVEIRA, R., 1976, p. 43).

Esta identidade é formada, então, por processos sociais e uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos são fundamentais na construção desta identidade e estes processos são, também, formados pela estrutura social.

Identidade, então, é uma representação que tem a ver com as fronteiras de um grupo e não somente com atributos específicos de uma pessoa.

Ao mesmo tempo, a Antropologia complementa o conceito de identidade como sendo, também, um conceito complementar. Isto quer dizer que somos pessoas em complementação com outras pessoas. Por exemplo: a identidade *marido* somente existe porque tem seu complemento – *esposa* e vice-versa.

Neste processo pode-se perceber, então, cada vez mais, a noção de identidade como sendo permeada pelas relações sociais e o contato com o outro.

Como GRUBITS, S. (1996) assinalou: *é importante entender a identidade como sendo fruto de identificações feitas, pela criança, em seu contato com os demais*. Este contato dá-se com seus familiares, em especial às figuras de apego mais próximas: pai e mãe.

Esta interação social é importante, pois cria condições para a criança espelhar-se em alguém. Por isto, diz-se que os pais são modelos identificatórios que darão base, também, para a aquisição e internalização de papéis sociais.

Então, pode-se pensar que a menina, desempenhando papéis de cuidar, proteger e organizar a casa internaliza esta identidade de ser a cuidadora e a responsável pelo lar. A assimilação feita por esta criança diz respeito *ao cuidar* somente.

Nas próprias histórias contadas, no teste C. A. T. – A (exposto mais adiante), **o cuidar e o fazer pelos outros** está impressionantemente internalizado. Então, este trabalho das meninas - de cuidar num momento em que não estão aptas a isto ainda - parece passar a mensagem de que elas precisam dar ao mundo muito mais do que conseguem no momento ou que estão preparadas para tal.

A IDENTIDADE DE GÊNERO – CONCEITO E FORMAÇÃO

Continuando com a revisão da literatura, a respeito da identidade, remeto-me a alguns autores que falam sobre a aquisição da identidade feminina. Quanto a isto, a sociedade impunha, antigamente, à mulher, severas restrições no campo sexual e social, mas favorecia o desenvolvimento de suas atividades e funções maternas.

Segundo SANTORUM, Kátia (1996), *pode-se afirmar, em termos mais simples, que nossas avós, na presença de um rato, subiam numa cadeira, recolhiam as saias e pediam socorro aos gritos, mas não tinham dificuldades para amamentar seus filhos; enquanto que as jovens atuais sabem dirigir carros, ambulâncias e até aviões, mas freqüentemente, não sabem amamentar suas crianças, ou renunciam a esta tarefa.*

Esta dificuldade nas funções femininas, isto é, menstruação, concepção, fertilidade, lactância e outras, para a psicanalista LANGER, Marie (1993, p. 18) sugerem um vasto estudo. Portanto, deve-se entender a mudança da posição atual da mulher em nossa sociedade.

Com o advento da revolução feminista, com seu lema de igualdade, colocou-se em dúvida o papel feminino submisso ao homem. A mulher sempre esteve inserida no processo de produção caseira, mas alternou, a partir de então, este trabalho com os serviços fora do lar. Conseqüentemente, a atenção da família e a criação e educação dos filhos teve que ser dividida com esta nova ocupação.

Com os descobrimentos técnicos e a transformação do trabalho, o homem abandonou a indústria caseira e a mulher o seguiu de imediato, não impulsionada pela rivalidade com ele, mas por pura necessidade. Tudo isto, então, parece proporcionar mudanças em sua identidade.

Analisando a questão da identidade, a Psicologia descreve, com mais ênfase, o estudo da personalidade, sendo que *a identidade é uma parte do todo*, ou seja, um aspecto da personalidade total do indivíduo. Isto implica em dizer que temos diversas identidades numa personalidade. Explicando melhor, somos seres que desempenhamos diversos comportamentos, emoções e vivências em diferentes contextos. Por exemplo: sendo uma psicóloga, também posso ser professora, mestranda, esposa, mãe, filha, neta, mulher, brasileira, católica, etc.

Analisando a grosso modo, somos várias pessoas numa só, mas estas diferentes identidades mostram que desempenhamos vários comportamentos em diferentes situações, em diferentes grupos.

A identidade só pode ser entendida como identificações em curso. Não podemos falar em identidade como sendo algo homogêneo ou estático; ao contrário, é sempre metamorfose.

Segundo as palavras de SARTRE apud MAHEIRIE, Kátia (1996) *é totalização que se destotaliza para se retotalizar. É eficaz como força unificadora do coletivo, produzindo sentimentos de pertencimento, reafirmando a dignidade de uma determinada categoria, através daquilo que é partilhado. Além disso, é eficaz na luta e no enfrentamento em situações de conflito, onde se utiliza o "nós" como afirmação.*

Tem-se um senso de identidade quando reconhecemo-nos pertencendo *a alguma tribo*, enfim, quando o *eu* é perpassado por um senso de *nós*.

Da mesma forma, é necessário pensarmos na identidade como *um processo contínuo de construção e desconstrução implicada num trabalho de unificação da diversidade, incorporando a diferenciação*, segundo MAHEIRIE (1996).

Portanto, temos diversos comportamentos e internalizamos diferentes identidades em nossa vida, conforme a situação, desempenhando diferentes papéis. Em termos gerais, temos as identidades sexual (macho/fêmea), a de gênero (masculino/feminino), a civil (solteiro/casado/viúvo/separado, etc.), a individual (como eu me vejo), a social (como os outros me vêem), a nacional, etc. Pretendo analisar um pouco mais a segunda identidade citada - a de gênero - em especial, a feminina, já que consiste no objeto de meu estudo.

Para falarmos de identidade feminina, é necessário pensarmos, inicialmente, na questão de como uma pessoa enxerga-se *feminino* ou *masculino*.

Segundo MURARO, Rosie Marie (1996), *o desejo passa pelo econômico e pelo político. Os corpos passam por uma rede de poderes político-econômicos desde o nascimento da criança*.

Isto significa dizer que a noção de corpo que possuímos relaciona-se, também, com o meio histórico-cultural-ideológico no qual estamos inseridos. Assim, a autora afirma que existem três noções de corpo distintas:

- *O corpo burguês*, sugerindo a ideologia do prazer e dominação;
- *O corpo camponês*, em que a noção subjetiva é a da força e produção;
- *O corpo operário*, com a inscrição psicossocial da submissão e dominação.

Portanto, vê-se que esta noção subjetiva de corpo é pautada, também, por questões sociais e ideológicas. As classes sociais definem a noção psíquica de sujeito. A classe social de trabalhadores (os que vendem sua força de trabalho) e de não

trabalhadores (os que possuem os meios de produção) vão interferir no modo de cada indivíduo conceber-se enquanto sujeito *autônomo* de seu corpo e mente.

De acordo com SCOTT, Joan (1990) a palavra gênero é utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações biológicas que procuram justificar diversas formas de subordinação das mulheres. Segundo a autora, *o gênero torna-se uma maneira de indicar a criação social de idéias sobre os papéis adequados ente os homens e as mulheres.*

O gênero é um modo de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Numa rejeição ao determinismo biológico que busca as explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional que define homens e mulheres uns em relação aos outros - identidade de gênero.

Sendo assim, gênero **feminino** e gênero **masculino** estão intrincados num processo social distinto, pois ideologias diferentes separam ambos. O que se espera de uma mulher, socialmente falando, não é o mesmo que se espera de um homem. Dela, o meio social preconiza a docilidade, a passividade e a obediência como pilares de sua condição feminina; dele, o contrário: a agressividade, a atividade e a rebeldia enquanto busca de conhecimento.

Já que está se falando de gênero, penso que seja pertinente proporcionar um breve relato sobre a historicidade deste conceito. Sendo assim coloco algumas idéias da autora Áurea Petersen citada por STREY, Marlene (1999). Ela coloca que o conceito de gênero foi utilizado a partir da década de setenta. *Seu fio condutor é o texto da historiadora Joan Scott (1990), intitulado " Gênero: uma categoria útil de análise histórica".*

Existem, para melhor compreender esta noção, três enfoques fundamentais que servem de subsídios para os estudos de relações estabelecidas entre homens e mulheres nas mais variadas sociedades – as teorias do patriarcado, as teorias marxistas e as teorias psicanalíticas.

Expondo a primeira teoria – a do patriarcado – esta explica o processo de subordinação feminina como construída a partir da necessidade masculina de dominar as mulheres. Existe, nesta concepção, uma relação de dominação e subordinação que converte em relações de poder e, igualmente, em relações políticas de poder. Isto é consolidado na forma absoluta de poder do mundo público, do político, do econômico e do social que os homens detiveram no decorrer de nossa história.

A ideologia patriarcal não só legitimou o poder masculino, mas também converteu os homens no bem, atribuindo o mal às mulheres, assim justificando a imposição da sua submissão. (PETERSEN, A. apud STREY, M., 1999).

As normas e ideologias de gênero são desenvolvidas a partir da experiência dos **homens** que são os produtores e legitimadores das concepções do que é real na sociedade, sendo, então, **androcêntrica em seu conteúdo**. As definições sociais dominantes não se transformam a cada geração, comprovando o seu efeito de preservar, aumentar e legitimar as vantagens acumuladas pelos homens.

A própria formação das famílias, no sistema capitalista, relaciona-se com esta teoria, pois a apropriação, por parte dos homens da capacidade sexual e reprodutiva das mulheres, embasou o poder do patriarcado, pois o Estado, desde o início, teve interesse em manter a família patriarcal.

Segundo LERNER *apud* STREY (1999), *a subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos primeiros códigos jurídicos e o poder totalitário do Estado a impôs.*

Esta mesma autora ainda coloca que *a própria religião católica supôs o ataque aos numerosos cultos às diferentes deusas da fertilidade, sendo o poder da criação e da procriação atribuído a um deus todo poderoso masculino e a sexualidade feminina, sem fins reprodutivos, associada ao pecado e ao mal.*

Talvez, neste momento, já esteja adentrando-se na outra teoria que explica a questão do gênero que é a teoria marxista. Esta explica a subordinação das mulheres a partir da emergência da propriedade privada e da família monogâmica.

Um grande expoente neste enfoque é Engels que em seu livro *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1984), afirma que:

A monogamia não aparece na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e menos ainda como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos. Num velho manuscrito inédito, redigido por mim e por Marx, encontro a seguinte frase: a primeira divisão do trabalho á que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é um retrocesso relativo e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verifica à dor e repressão de outros. (ENGELS, 1984, p. 104).

Como fica evidente na obra de Engels, a origem da desigualdade ente homens e mulheres é decorrente do processo histórico de desenvolvimento econômico, calcada na emergência da propriedade privada.

A teoria psicanalítica também expõe a questão do gênero, pois desde os primeiros manuscritos de Freud, este detivera sempre muita atenção na sexualidade masculina e feminina. Chegou a dizer que a sexualidade feminina era incapaz de ser explicada.

Nesta teoria, duas escolas são fundamentais para se entender a forma como tratam o gênero: a escola francesa, liderada por Jacques Lacan, e a anglo-americana, cujos nomes principais são de Nancy Chodorow e Carol Gilligan.

Estas duas escolas preocupam-se com o processo de criação da identidade do sujeito, centrando seus estudos na formação da personalidade. Porém, algumas

diferenças são pertinentes de se comentar neste espaço. Uma delas é a questão de como estas escolas concebem a formação do gênero.

A escola francesa insiste na presença do *falo*, dizendo que o complexo de castração é o conceito fundamental no processo de estruturação do ser menino ou menina. Com isto, o primeiro objeto amoroso é a mãe para ambos os sexos. Isto significa ter o falo que consiste no objeto de desejo da mãe. Posteriormente, esta posição é proibida, surgindo na criança o complexo de castração e emergindo a diferença entre os sexos.

Explicando melhor, este complexo de castração consiste num termo muito utilizado pelos psicanalistas que desperta o complexo de Édipo do menino (amor pela mãe) e inaugura, para a menina, aquilo que é seu: ela vai transferir seu amor para o pai (que tem o falo) e vai identificar-se com a mãe que, para fúria dela, não o tem. Portanto, para esta corrente, as mulheres estariam sempre insatisfeitas, na tentativa de buscar um falo para elas, pois como Freud mesmo observou, em sua obra *Sexualidade Feminina* (1912), *as mulheres procuram o que não possuem*.

Uma outra vertente, talvez menos sexista, é a escola anglo-americana que preconiza as relações concretas da criança com os pais, em especial com a mãe. Aqui, existe uma preocupação em mostrar a importância da primeira relação materna com o bebê, mostrando que isto já é fundamental na identificação sexual, pois é nesta fase que se estabelecem as distinções entre o seu eu e o mundo externo. As idéias de Winnicott, Mahler, Spitz, Bowlby já citadas anteriormente pertencem a esta escola de pensamento.

Interessante notar que os autores desta escola dizem que se Freud tivesse examinado mais cuidadosamente o estágio inicial mãe-filho, teria chegado a conclusões diferentes das que chegou. Referindo-se, então, ao menino, dizem que, devido ao apego exclusivo com a mãe, alguém com quem o macho não pode se identificar, a identidade masculina (e não a feminina) é, profundamente, conflituosa.

Meninos e meninas vivenciam uma identidade inicial não-verbal com a mãe (ou com outra mulher que os cuida) e um sentido de identidade com ela e com sua feminilidade. A posterior masculinidade dos meninos deverá ser construída a partir da contraposição à identidade inicial, ou seja, o menino

deverá aprender a não ser feminino como a mãe. Em outras palavras o macho deverá trabalhar, firmemente, para criar uma identidade que negue, radicalmente, a identidade feminina. (CHODOROW, N., apud PETERSEN, A., 1999, p. 33).

Evidentemente que estas escolas que explicam o gênero devem ser complementadas umas com as outras. São visões que tratam mulheres e homens de forma sócio-político-econômico-cultural, deixando de lado o caráter puramente biológico, misturando o conceito *sexo* com *gênero*.

Gênero, como já foi dito, é um conceito social, envolvendo a construção de uma sociedade embasada na desigualdade entre homens e mulheres.

O processo de socialização que transforma os seres humanos começa muito antes do nascimento. São utilizados diversos mecanismos para levar os recém-nascidos a serem pessoas com as características desejadas para a sua cultura, seu grupo, seu sexo. Este processo é reiterado ao longo da vida dos sujeitos, sendo que as normas de gênero reproduzem-se através das várias instituições que fazem parte da vida das pessoas, como a família, a escola, a igreja, as empresas.

Cada vez que uma criança nasce, o primeiro dado a ser notado é o sexo. Isto parece ser a característica central na categorização que a família faz dele, em relação a si mesma, aos amigos, aos parentes, à comunidade.

Desde o princípio, o sexo representa um aspecto central na determinação de quem é o sujeito, o que os outros pensam dele e de como ele pensará sobre si mesmo. O conjunto global das expectativas e regras sociais sobre homens e mulheres constitui o que determina o papel de gênero de cada um, delimitando sua identidade, suas possibilidades e suas limitações.

A família, como unidade de reprodução ideológica, produz gerações que internalizam atitudes e estruturas perceptivas que lhes permitirá atuar de forma adequada dentro da sociedade.

A socialização é um processo de aprendizagem das expectativas apropriadas às várias posições sociais que as pessoas ocupam e aos grupos a que pertencem, não se resumindo a um processo de conhecer e conformar-se com certas expectativas e normas.

A escola é um agente socializador oficial da sociedade, dividindo com a família, a autoridade parental sobre as ações e comportamentos da criança. As relações de gênero estabelecidas neste âmbito constituem um fator preponderante na formação das representações sociais de poder e autoridade.

As relações que homens e mulheres apresentam, seja no espaço público ou no privado, especialmente na escola e na família, são internalizadas pelas crianças e já reproduzidas nessa etapa de suas vidas como um ensaio daquelas relações discriminatórias que caracterizam o cenário da relação de gênero de uma sociedade como a nossa. (GUARESCHI, N. apud SANTORUM, K., 1996, p. 80).

Além da família e da escola as normas de gênero são reproduzidas pela ideologia que é veiculada pela ciência e pela religião, expressando-se nos locais de trabalho.

HABERMAS apud JACQUES (1993) diz que a *identidade, enquanto processo de construção, gerada pela socialização vai se processando à medida que o sujeito, apropriando-se dos universos simbólicos, integra-se, antes de mais nada, num certo sistema social, ao passo que, mais tarde, ela é garantida e desenvolvida pela individualização, ou seja, precisamente por uma crescente independência em relação aos sistemas sociais.*

Identidade, portanto, parece ser definida pela articulação entre o igual e o diferente. Igualdade e diferença é uma dicotomia muito presente na compreensão da construção da identidade.

Um exemplo que pode ser dado diz respeito, conforme JACQUES (1993), à questão do nome próprio. *Enquanto prenome, é um diferenciador de outros iguais, mas também é um nivelador com outros iguais identicamente nomeados. (p. 132).*

Da mesma forma, o sobrenome que distingue a individualidade dentro do grupo familiar, mas, ao mesmo tempo, remete à similaridade com outros iguais do mesmo grupo familiar.

Na identidade do Eu se expressa a relação paradoxal pela qual o Eu, como pessoa em geral, é igual a todas as outras pessoas, ao passo que, enquanto indivíduo, é diverso de todos os demais indivíduos. (HABERMAS apud JACQUES, 1993).

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NAS MENINAS **TRABALHADORAS**

Minha intenção, neste momento, é assinalar algumas falas percebidas, nas crianças, quando do contato que tive com as mesmas. Como, por exemplo, a de uma menina de 11 anos que chamarei de Maria: perguntando-se para ela quais seus planos depois que terminasse os estudos, disse: *gostaria de ser advogada; mas, não sei... isso é difícil, precisa estudar muito!... Não sei se vou conseguir; não sei se chego lá....* Questionada do porquê desta descrença, responde: *não sei.... é que sempre acho que não vou dar para o estudo....*

Nesta fala, podem existir muitos significados: *o não dar para o estudo* pode referir-se a não ter condições intelectuais ou não conseguir entrar no mundo do saber, das letras, da ciência por não acreditar que seja capaz para tal. Mas, no mundo da casa, do doméstico, sim, pois isto não irá exigir um conhecimento extra; é algo que ela, inclusive, já sabe fazer muito bem, pois toma conta da casa quando seus pais estão na lavoura. Ela varre a casa, lava louça, cozinha e cuida dos sobrinhos menores de 1, 3 e 5 anos de idade.

Nestas crianças e suas famílias que visitei, percebi que fui bem recebida. Parece que fui vista como *a tia da cidade que vem conhecer a roça.*

Crianças de 11 ou 12 anos fisicamente falando, mas demonstrando ter mais idade - adultas - pois encarregavam-se de *fazer sala* para mim, mostravam fotos, conversavam; uma mostrou-me o boletim.

Geralmente, quando chegava pela manhã, estavam sozinhas cuidando de irmãos menores (3, 4, 5 anos) ou até de sobrinhos seus, como a Maria que já citei, pois a família toda estava na lavoura.

Inicialmente, pensa-se que não tem nada de mais nisso, mas observando melhor, são crianças que tomam conta da casa como verdadeiras donas-de-casa. Esperam os pais com o almoço pronto, deixam a casa varrida, roupas lavadas ou passadas, tiram leite das vacas, e, algumas vezes, dão banho nos menores.

Tempo para brincar? NEM PENSAR!!! Quando voltam de sua escola, à tardinha, fazem logo os deveres para o outro dia, e depois, *se dá um tempinho, brincam*, conforme uma das crianças salientou.

No dia em que cheguei à casa de Maria, a mãe estava alcoolizada. Eram em torno das 9 horas da manhã. A mãe estava colhendo mudas de fumo para serem plantadas na lavoura. O irmão maior, a cunhada e o pai da Maria estavam plantando as mudas; a menina ficava em casa com os sobrinhos para cuidar.

Esta cena chocou-me, pois fiquei imaginando o quão sozinha esta criança não se sente.... Qualquer pessoa pode dizer: *isto é meu sentimento. Ela, por não conhecer outro tipo de vínculo, nem percebe esta solidão...* Porém, duvido (e os autores dentro da Psicologia também...) que uma pessoa possa ser criada sozinha e exigida para cuidar de algo ou alguém tão precocemente!... Como CUIDAR se não fui CUIDADA?.... Como DAR se não RECEBI?....

O senso de identidade das crianças visitadas parece perpassar o senso de identidade coletiva. Digo isto porque elas estão inseridas no trabalho familiar desde cedo. Suas atividades lúdicas, ditas infantis, ficam relegadas a segundo plano (quando elas existem).

Chamou-me atenção que nenhuma delas mostrava-me, quando em visita às suas casas, brinquedos com os quais pudessem brincar. Das 9 crianças visitadas, somente uma possuía uma caixa com alguns brinquedos dentro. As demais não tinham ou, se tinham, não lhes era dada devida importância.

Crianças da zona urbana, de classe média, possuem outros hábitos. Além de brincar, estudam, vão a cursos de aperfeiçoamento de seu saber (inglês, patinação, computação, etc.). Estes proporcionam relacionamentos com pessoas diversas, propiciando um contato que influenciará na formação de suas identidades.

Uma criança da zona rural apresenta outro tipo de formação de identidade: ela estuda, entra em contato com pessoas, mas seu mundo, quando retorna à casa, circunscreve-se ao universo doméstico. Ela, então, trabalha e/ou cuida de crianças menores a ela. Um senso de responsabilidade lhe é conferido e não um senso de aprendizagem e formação de seu Eu.

Esta precocidade é manifestada em seus próprios discursos e, também, quando da aplicação do teste de personalidade C.A.T. que foi um dos instrumentos desta pesquisa. Transporei alguns relatos feitos pelas crianças quando em conversa informal com elas:

....acordo de manhã e meus pais já foram prá roça... nas férias, vou junto quando dá... em tempo de colégio fico em casa e tomo conta da minha irmã de 5 anos.... ela não incomoda; fica brincando enquanto tiro leite da vaca e faço nosso café...quando arrumo a casa, ela fica olhando a Angélica, ela gosta.... e na hora de fazer o almoço, ela ajuda a arrumar a mesa..

.... em casa, faço o pão que minha vó me ensinou... ela já morreu, mas sei fazer o pão dela melhor que minha mãe.... Ela diz que vou conseguir casamento melhor que ela desse jeito...

Nestes dois exemplos, verifica-se a identidade feminina sendo formada à base do cuidar e limpar, ficando, portanto, uma identidade circunscrita no ambiente doméstico. Estas crianças não aspiram um mundo novo, com possibilidade de maior conhecimento.

Ser mulher nos dias de hoje é muito mais que casar, formar uma família e devotar-se a ela. Porém, a identidade que vai se consolidando, nestes casos, circunscreve a menina no âmbito do doméstico, do familiar, reproduzindo relações de gênero padronizadas e estereotipadas.

Agora, algumas histórias contadas pelas crianças da zona rural no teste C.A.T.:

S.D. - 11 anos - 5ª série: Figura 8 = *Eram quatro irmãos: um pequeno e três grandes. Ao lado tinha um retrato de sua mãe que já havia morrido; o pai eles não tinham... Ao acabar de tomar o café, tinham que arrumar tudo...mas, não gostavam disso porque não gostavam de fazer isso... Eles estavam doentes do coração...*

L.D.S. - 12 anos - 5ª série: Figura 10 = *A mãe malvada. Era uma cachorra que tinha um filho. A mãe pediu para ele tomar banho e ele só lavou o rosto. A mãe viu que ele não tinha tomado o banho e ralhou com ele... Pediu para ele lavar o banheiro... A irmã veio e desarrumou tudo.. sujou tudo... A mãe se irritou mais ainda com o filho... Mas, ela começou a desconfiar, pois o filho tava sempre triste. Daí, viu que o filho era inocente e perdoou o filho. Mas saiu de casa porque não agüentava mais os filhos... daí o filho grande teve que cuidar do pequeno...*

S.K. - 11 anos - 5ª série: Figura 4 = *O canguru e seus filhos: a fêmea já tinha morrido; e com dois filhos ele tinha que se virar. Eles viviam numa velha casa abandonada. Do pouco que tinham, se alimentavam, até que um belo dia, passou uma pessoa rica que pensou em ajudar... E assim deu vários alimentos. Até roupa e brinquedos. Mas, em troca deveriam plantar alimentos para ela. Assim, aceitaram. Plantaram de tudo: feijão, arroz e muitas coisas. A metade eles repartiam e outra metade ficava para eles. Ela já estava ficando velho e os filhos estavam crescendo: não estava mais disposto a trabalhar, mandou os filhos. Mas, era difícil para as crianças*

que anda eram pequenas... Antes, era diversão, agora, trabalho...Eles não entendiam... Falavam que o pai precisava encontrar uma esposa; sentiam saudade da mãe... E assim o pai fez: achou uma mãe para seus filhos e viveram felizes, todos trabalhando e ricos...

Figura 9 = *Era uma vez um coelhinho doente. Ele não tinha pai, nem mãe... Vivia com a vó que já era velha e quase não conseguia cuidar do neto. Então, ele viu que precisava trabalhar para comprar as coisas. E para cuidar da vó. Só que ele tinha preguiça... fingiu que estava doente... o vó descobriu e falou para ele que isto era errado; que ele precisava trabalhar, pois já tava grandinho o suficiente... Então, ele criou juízo e começou a trabalhar.. só chegava de noite em casa... Ganhava o suficiente para comprar tudo o que precisavam... Aí, já grande, o coelho arrumou uma namorada... casaram, tiveram filhos e ele ensinou a seus filhos que se ganhava a vida trabalhando e não ficando deitado numa cama...*

V.B. - 11 anos - 5ª série: Figura 1 = *Os três pintinhos. Eles resolveram fazer comida para eles; depois foram brincar; o pai chegou, não gostou e ficou zangado. Mas, o pai resolveu experimentar o que fizeram de comida; gostou e disse que eles eram cozinheiros de ótima qualidade. Tinham feito sopa, só que começaram a brincar com a sopa e voou para todos os lados...Se sujaram. Quando chegou em casa, a mãe viu a bagunça e mandou eles arrumarem tudo e limpar. Ficaram tristes porque a mãe xingou eles muito... Mas, depois ficaram de bem e se reconciliaram...*

Figura 10 = *Era uma vez uma mãe chata com seu filho. Ela obrigava ele a fazer todas as tarefas da casa, até limpar o banheiro. Mas, o filho não gostava do jeito dela e uma noite resolveu fugir... A mãe ficou preocupada; pensou que o filho estivesse perdido e seria culpa dela. Até que saiu à procura dele e o achou numa árvore e o trouxe para casa, prometendo que não seria mais chata com ele e que não pediria para ele fazer o serviço da casa...*

Novamente, algumas reflexões merecem ser realizadas. Interessante notar o grau de percepção da realidade que cerca essas crianças do meio rural. Creio que, nestes

trechos de histórias contadas por elas, são retratados o estilo da vida cotidiana de cada uma destas crianças.

No momento em que uma delas conta a história de uma mãe que já havia morrido e o pai também não se fazia presente e, conseqüentemente, os filhos tinham que prover seus sustento, já fica evidente a projeção feita, por esta criança, em demonstrar como ela própria se sente. O vínculo parental encontra-se denegrido ou distanciado, pois é uma história de desamparo e solidão, onde os filhos precisam se manter. Para isto, eles precisam *arrumar tudo*.

Outras histórias são contadas em que a essência delas encontra-se no desamparo e desproteção dos filhos (ou porque os pais morreram ou porque não agüentaram mais o filho), e a solução encontrada pela criança é ser a cuidadora dos menores e da casa.

Uma delas chega a verbalizar que os filhos crescidos são mandados a trabalhar; que os pais não podem mais sustentarem-se sozinhos. Acontece, então, uma mudança drástica da diversão para o trabalho. Isto provoca confusão na criança que ela fica *sem entender nada...* Novamente, o desamparo toma conta e o sentimento passado é de uma exigência precoce, num momento em que os filhos não estariam preparados para trabalhar e prover seu sustento.

Outro fato digno de nota diz respeito à ausência dos pais, em especial da mãe, onde esta é figura distante, ou ausente (morreu) ou que abandonou os filhos. Quando não aparecem estes elementos , surge a mãe que obriga os filhos a trabalhar ou limparem a casa. Questiona-se, então, que tipo de vínculo estas crianças têm com a figura materna.

Como um de meus propósitos, com esta pesquisa, é analisar a formação das relações de gênero penso que é de suma importância refletir sobre isto neste momento.

STREY, Marlene (1997) afirma que devemos referir-nos a gênero quando falamos de aspectos sociais, psicológicos e culturais da feminilidade e masculinidade e não os componentes biológicos, anatômicos e o ato sexual que caracterizam o sexo.

Assim, a estrutura social vai prescrever uma série de funções para o homem e para a mulher como próprias ou "naturais" de seus respectivos gêneros.

O trabalho doméstico é situado dentro da cadeia produtiva do sistema capitalista. Contudo, parece ter uma conotação de marginalidade já que possui escassa produtividade social e, ao mesmo tempo, tem seu caráter familiar e nuclear isolado do mundo do trabalho *fora das quatro paredes* e competitivo.

Ao mesmo tempo, a autora expõe a idéia de que a ideologia familiar tradicional, a patriarcal, facilita a mobilização gratuita do trabalho feminino para a produção e reprodução social. Isto implica em dizer que a mulher contribui, com o trabalho doméstico, para a manutenção de um sistema em que os homens pertencem ao mundo público e as mulheres, ao privado.

Por outro lado, não pode ser negado o fato de que muitas mulheres estão no mundo do trabalho remunerado, dispostas a conquistar seu lugar nesse nicho que é um dos *espaços sociais mais valorizados frente a outros de valorização decadente*. (STREY, M., 1997, p. 60).

Esta mesma autora, ainda, lança a reflexão de que trabalho público, ou seja, o emprego é um bem escasso. Basta vermos nos comentários econômicos dos noticiários a alta das taxas de desemprego, acarretando preocupações diversas. Fazendo uma análise social, pode-se supor que a estrutura do emprego está se caracterizando por um processo progressivo de fragmentação, implicando em maior presença de pequenas empresas e trabalhadores autônomos.

PRIORE e SABEL apud STREY (1997) qualificam esta situação como uma *segunda ruptura industrial*. Analisam o fato de que *não é a escassez de novos recursos, nem a macrocefalia de um suposto estado de bem-estar* (não sendo o caso do Brasil), o que causa a recessão econômica, mas os limites do modelo de desenvolvimento industrial que é assentado na produção em série.

São muitas as atividades de trabalho. Em todo o caso, não é a atividade que conta, mas sim as relações sociais em que se inclui. E, sobretudo, é

necessário insistir que em nossa sociedade se efetua muito mais trabalho do que se contabiliza e é reconhecido oficialmente. Parte desse trabalho se remunera e parte, não. A crítica feminista sobre o que se considera trabalho resulta nesse sentido, especialmente pertinente, e os cientistas sociais prestam cada vez mais atenção ao papel das atividades não remuneradas no sistema econômico. (STREY, M., 1997, p. 62).

As formas de trabalho possuem contextos específicos para ver como se combinam e se relacionam. No caso do trabalho feminino, a crítica maior encontra-se no fato de que existe, para a mulher, uma dupla jornada de trabalho muitas vezes. A mulher que trabalha fora, também é a *mantenedora do lar*. Assim, uma atividade que se destaca é o trabalho de *cuidar*. Isto parece ser assumido implicitamente por ela, já que seu papel na reprodução da vida corrobora fortemente a manter este vínculo mais intenso que o homem.

Porém, este comportamento é visto como natural ou pertinente somente à mulher. Como se ela tivesse determinada capacidade e habilidade para o cuidar. O discurso feminista aponta que não há nada natural que faça as mulheres mais capazes para cuidar. *É a vinculação das mulheres à família que determina seu papel de cuidadoras e não a sua natureza especial como mulheres.* (D'ARGEMIR, C. apud STREY, M., 1997)

Em países mais desenvolvidos, esse cuidado com as pessoas é delegado a algumas instituições públicas ou governamentais. No caso do Brasil, obviamente, isto é raro, fazendo persistir o modelo, então, patriarcal familiar em que cabe à mulher associar seu projeto de vida com a responsabilidade do cuidado familiar.

Voltando para o discurso feito pelas crianças analisadas no meio rural, observa-se que essa dicotomia já encontra-se presente desde cedo. No momento em que falam que gostariam de estudar, mas acreditam que será difícil, já observa-se a dificuldade de inserção social captada, talvez, inconscientemente pelas crianças. Consiste como uma espécie de barreira frente a um mundo novo, mas que encontra-se distante e indisponível para elas.

Nas próprias histórias relatadas, o papel da mulher está intimamente relacionado com o cuidar, prover a casa e os filhos e quando a mãe foge deste papel, o filho maior

toma seu lugar. Apego-me, agora, à premissa de que este filho, certamente, é a projeção feita pela criança de si própria, já que ela, na realidade, faz este papel de cuidar também.

Comparando estas histórias com as histórias contadas pelas crianças do meio urbano, a discrepância torna-se mais evidente. São histórias em que imperam mais sentimentos de competição (e não de falta), rivalidade (e não solidão ou desamparo) e a possibilidade de realizar desejos e ações. Ao mesmo tempo, um maior apego em relação às figuras parentais (em especial à mãe) é observado.

Algumas histórias relatadas por crianças de classe média, provindas de famílias em que, na maioria, pai e mãe trabalhavam fora e a criança, ou ficava aos cuidados de creches, ou com empregada ou parente próximo. Estas crianças, também, possuem outras atividades, além do estudo, como aulas de inglês, ou patinação, ou computação, ou natação.

Figura 1 = *.....era uma vez os pintinhos que **nasceram, acordaram e depois foram brincar...eles são pequeninos, mas vão crescer....//***

*... era **uma galinha que sempre ia arranjar comida para os filhotinhos. Ela ia botar na mesa para eles comer... eles estão alegres, são educados e esperam a mãe botar a comida nos pratos... a mãe é trabalhadora, ela arruma de tudo prá eles...//***

*.. a galinha **cuida dos filhotes... cuida deles para não fazer bagunça....***

Figura 4 = *.... era uma vez um canguru que tinha uma filhote e **eles foram passear, jantar e depois foram dormir...//***

*.... a mãe canguru **passeia com os filhos e vão fazer pic-nic....***

Figura 8 = *.... a família de macacos que conversavam... **a mãe conversava com a filhinha e o pai com o filho... depois o pai foi trabalhar.. a mãe ficou em casa com os filhos...//***

... aqui a mãe do macaquinho tá dizendo prá ele não bagunçar a casa porque tem visita...

Figura 9 = ... *o coelho não consegue pegar no sono porque quer brincar... ele se levanta e foi pegar os brinquedos....* .

Figura 10 = ... *a mãe cachorra cuida do seu filho.. a mãe deu banho nele e tá tirando as pulgas... o filho tá gostando... depois, ele vai brincar....//*

... a mãe dá banho no cachorrinho e pede prá ele não se sujar mais... depois, ela vai trabalhar e deixa seu filho brincando com seus brinquedos... quando volta, eles jantam e ela conta histórias prá ele...

Praticamente é dispensado algum comentário a respeito destas histórias. A diferença é perceptível em relação às histórias contadas pelas crianças do meio rural.

Nestas histórias das crianças do meio urbano, observa-se a capacidade delas próprias sentirem-se como crianças. Histórias em que os personagens brincam, são amparados por um adulto (geralmente a mãe) e este adulto é o responsável pelo sustento, tanto físico como emocional da criança. Em nenhum momento, apareceram sentimentos de desamparo, desvinculação das figuras de apego ou necessidade de cuidar de outrem.

Fica, então, a pergunta: o trabalho precoce interfere na construção de uma identidade? Obviamente, a resposta é afirmativa.

Complementando a pergunta: Interfere na formação da identidade de gênero? Novamente, a resposta é afirmativa, pois uma menina *que queima*, por assim dizer, etapas de seu desenvolvimento para ser inserida precocemente no mundo dos adultos, pois lhe é exigido deveres desde cedo, não tem condições de vivenciar uma aquisição de um papel feminino que não seja o de cuidar, limpar e manter a sobrevivência da família.

CONSOLIDAÇÃO DO GÊNERO FEMININO PELAS VIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO

A pesquisa retrata um universo bastante diverso em relação ao meio urbano. O conceito que se tem sobre a infância, bem como sobre o que seja feminino é diferente, mas, também, perpassado pelas variáveis do trabalho familiar e sistema de produção. As famílias, neste contexto, ficam amarradas na ideologia da produção e aliam vínculos familiares com trabalho familiar. A identidade feminina, circunscrita ao mundo doméstico (já que é seu local de trabalho), desenvolve-se de maneira caricaturada, perpetuando valores e ideologias por gerações.

Susan Bordo (1988), autora que estuda a construção da identidade, salienta que o corpo é uma metáfora da cultura. Diz, ainda, que é uma poderosa forma simbólica na qual as normas centrais, as hierarquias e os comprometimentos metafísicos de uma cultura são inscritos e reforçados através da linguagem corporal concreta.

Esta mesma autora cita o pensamento do antropólogo Pierre Bordieu e do filósofo Michel Foucault em que ambos concordam em dizer que o corpo é um lugar *prático* direto de controle social.

FOUCAULT, M. (1985), em sua obra *História da Sexualidade*, coloca que *por meio da organização e da regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade.*

Esta ênfase lança luz ao estilo contemporâneo de tratar o corpo, sendo que as mulheres gastam mais tempo nisto. Porém, as mulheres urbanas, de classe média ou alta, diga-se de passagem. Isto porque elas dedicam-se ao mundo público, bem mais do que ao mundo privado. Elas *esculturam* seu corpo e dedicam-se a ele como forma de participar da sociedade.

Ao mesmo tempo, a sociedade está inscrita neste corpo, pois com a abertura de possibilidades dadas às mulheres de participar mais do mundo público, intensifica-se a busca de um ideal feminino (colocado no corpo).

Então, conforme Foucault salienta *os corpos femininos tornam-se corpos dóceis: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao aperfeiçoamento.*

Isto torna as mulheres, segundo a análise feita por Susan Bordo (1988), em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Esta é uma questão de gênero no mundo moderno para a mulher burguesa.

As mulheres de classe baixa e/ou as mulheres de meio rural não estão abertas a este mundo público. Ainda encontram-se bem mais situadas no mundo privado; espaço este em que a automodificação ou qualquer auto-referência feita não encontra eco. Pelo contrário, estas mulheres são *treinadas* a dedicarem-se mais aos outros do que a si próprias.

BORDO, Susan (1988) faz uma análise muito interessante a respeito do disciplinamento inserido nesta questão de cuidados em relação a si próprio. Analisa sob o aspecto crítico de que a mulher está presa num discurso social que ainda utiliza o corpo como forma de normatização e controle.

Por meio de disciplinas rigorosas e reguladoras sobre dietas, maquiagem, vestuário - princípios organizadores centrais do tempo e do espaço de muitas mulheres - somos convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Induzidas por estas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas. Nos casos extremos, as práticas da feminilidade podem nos levar à absoluta desmoralização, à debilitação e à morte. (BORDO, S., 1988, p. 20).

Sendo assim, pressupõe-se de que, no século passado, espartilhos apertados por debaixo de longos vestidos sóbrios e fechados, controlavam o desejo e movimentação

das mulheres. Neste presente século, o culto ao corpo é o que aprisiona a mulher na identidade de servir e manter uma relação de poder baseada na dominação-submissão.

Quero dizer, com isto, que o cuidado ao corpo é fundamental; mas, o aprisionamento por este cuidado torna a mulher escrava de um pensamento machista e burguês de que o corpo é simples objeto, não fazendo parte de um *sentimento de Eu*.

Outro ponto interessante que esta mesma autora retrata são as doenças de nosso século. Mais especificamente, os sintomas contemporâneos que estão colocados no corpo feminino: histeria, agorafobia e anorexia nervosa.

Estes são sintomas ligados ao gênero feminino, à raça e à classe social, pois aparecem mais em mulheres brancas e de classe média e alta. Por esta mesma razão, a autora coloca que isto faz parte de uma manutenção e reprodução de relações de poder existentes.

No tempo de Freud, final do século XIX e início deste, a neurastenia e a histeria eram freqüentes, sendo considerados, mais tarde, sintomas que *falavam* ou *gritavam* a respeito de uma opressão sexual intensa. Mulheres com desejos reprimidos manifestavam sua neurose neste sintoma colocado no corpo.

ROSEMBERG, Carol apud BORDO (1988) aponta uma análise da histeria, dizendo que, neste sintoma, há um impedimento de desempenhar, pela mulher, o papel de esposa dedicada, *anjo servidor* do marido e dos filhos. Tornou-se, assim, um caminho através do qual as mulheres podiam expressar as insatisfações quanto a este papel.

A anoréxica, da mesma forma, está engajada numa *greve de fome*, realçando um discurso de recusar e desprezar uma cultura. Parece que este sintoma fala de um desprezo pelo papel de cuidar e alimentar e que denuncia um recuo e renúncia por isto.

Enquanto que o sistema exerce um controle do apetite feminino (enaltecendo mulheres magras e esbeltas) também ressalta a expressão mais concreta de controle da *fome pelo poder público*, independência e gratificação sexual - isto deve ser contido.

Então, nada mais justo, que a anoréxica *vingar-se disto* e reproduzir, no exterior, o que fazem a ela no seu interior...

Por outro lado, a agorafobia começou a aumentar, assim como estes outros sintomas citados, progressivamente, a partir da década de 50. Contudo, a agorafóbica parece revelar a reafirmação da domesticidade e dependência como ideais femininos.

Mulher que trabalha e faz carreira tornou-se uma expressão insultuosa, bem mais do que no período da guerra, quando a sobrevivência da economia dependia da boa vontade das mulheres para executar *o trabalho de homens*. A ideologia reinante era de uma mulher dócil, frágil, infantil, insegura, indefesa sem um homem e contente num mundo de quarto e cozinha, sexo, bebês e lar... A pessoa agorafóbica, confinada à casa, vive, literalmente, esta construção da feminilidade. Assim, a agorafobia parece ser a extensão lógica do estereótipo cultural do papel sexual das mulheres nessa época.

Portanto, pela análise destas autoras, enquanto que a histeria e a anorexia parecem ser sintomas que servem para rebelar-se frente a uma ideologia existente, a agorafobia serve para mantê-la. Todavia, parecem manifestar um conflito de posicionamento feminino, pois ao mesmo tempo em que rebelam-se frente ao sistema - com a anorexia e histeria - o aceitam, com a dinâmica inversa da agorafobia.

Analisando estes pontos comentados com a pesquisa feita, observa-se que um padrão de aceitação deste papel de cuidar e estar inserida neste âmbito doméstico (e continuar nele quando estas meninas tornarem-se mulheres) fica evidente. Ao mesmo tempo, parece estar permeado por um sentimento de contrariedade. Retrato isto em alguns pontos dos discursos feitos pelas crianças:

V.B. - 11 anos - 5ª série: Figura 10 = *Era uma vez uma mãe chata com seu filho. Ela obrigava ele a fazer todas as tarefas da casa, até limpar o banheiro. Mas, o filho não gostava do jeito dela e uma noite resolveu fugir... A mãe ficou preocupada; pensou que o filho estivesse perdido e seria culpa dela. Até que saiu à procura dele e o achou numa árvore e o trouxe para casa, prometendo **que não seria mais chata com ele e que não pediria para ele fazer o serviço da casa...***

Parece que a mãe é vista como alguém que obriga a fazer um serviço que o filho não está interessado. Implicitamente, fica claro o sentimento de não aceitação do papel feminino de ficar circunscrito no mundo doméstico e privado, pois quando este sujeito, na história, é obrigado a fazer algo, ele foge - saída para o mundo público.

Ainda é comentado que a fuga ocorreu porque o filho não gostava do *jeito da mãe*. Provavelmente, este *jeito* refere-se à identidade que é passada: a que circunscreve-se ao papel de limpar, cuidar e exercer atividades dentro de um mundo que parece não satisfazer esta criança.

L.D.S. - 12 anos - 5ª série: Figura 10 = *A mãe malvada. Era uma cachorra que tinha um filho. A mãe pediu para ele tomar banho e ele só lavou o rosto. A mãe viu que ele não tinha tomado o banho e ralhou com ele... Pediu para ele lavar o banheiro... A irmã veio e desarrumou tudo.. sujou tudo... A mãe se irritou mais ainda com o filho... Mas, ela começou a desconfiar, pois o filho tava sempre triste. Daí, viu que o filho era inocente e perdoou o filho. Mas saiu de casa porque não agüentava mais os filhos... daí o filho grande teve que cuidar do pequeno...*

Talvez, aqui, dois momentos de análise fazem-se pertinentes. Um é a percepção da figura materna e outro é a percepção e atuação do filho frente esta figura.

Novamente, elementos de rebeldia e contrariedade fazem-se atuantes. Aqui, a história já começa com uma percepção de uma *mãe malvada*, que pede para o filho fazer algo e este não cumpre as ordens estabelecidas. A mãe pede para tomar banho e ele só lava o rosto. Questiona-se o porquê desta mãe ser vista como malvada. Porque ela está circunscrita neste ambiente doméstico e exige este mesmo caminho da filha?

Parece ser afirmativo este pensamento, pois a mãe pede algo que não é feito da forma como foi pedido. Então, para se vingar disto, a mãe exige mais ainda do filho, pedindo para que lave o banheiro.

Por sua vez, a irmã veio e desarrumou tudo, sem a mãe saber. Nota-se que é um elemento feminino desarrumando (e quem limpa é masculino). Analisando a dinâmica inconsciente, parece retratar a necessidade que a menina-filha tem de rebelar-se frente esta mãe. O menino-filho faz o que é pedido, mas é a menina quem bagunça tudo e depois ela é a culpada. O filho é perdoado.

Esta questão de gênero é interessante, pois retrata a visão do feminino de contrariar algo, mas depois ser punido por isto.

V.B. - 11 anos - 5ª série: Figura 1 = *Os três pintinhos. Eles resolveram fazer comida para eles; depois foram brincar; o pai chegou, não gostou e ficou zangado. Mas, o pai resolveu experimentar o que fizeram de comida; gostou e disse que eles eram cozinheiros de ótima qualidade. Tinham feito sopa, só que começaram a brincar com a sopa e voou para todos os lados...Se sujaram. Quando chegou em casa, a mãe viu a bagunça e mandou eles arrumarem tudo e limpar. Ficaram tristes porque a mãe xingou eles muito... Mas, depois ficaram de bem e se reconciliaram...*

Retornando à criança anterior, aqui ela retrata uma "independência" em relação aos filhos, sendo que eles próprios fazem a comida. Acrescenta, ainda, a figura paterna que aprova este serviço feito por eles.

Após esta aprovação, parece que houve um movimento de "voltar a ser criança", pois os filhos brincam com a sopa e a jogam para todos os lados, fazendo bagunça e sujeira. Quando a mãe chega, ela reprova tal atitude, mandando eles arrumarem tudo.

Esta criança que viu a "mãe malvada" na história anterior, coloca, aqui, uma mãe punitiva e severa que restringe as atitudes pueris dos filhos. O brincar e sujar-se faz parte da infância e pertence a um mundo público, sem fronteiras. Parece que, implicitamente, há um pedido de retorno a um mundo privado de cuidados, limpeza e ordem doméstica por parte da figura materna.

S.K. - 11 anos - 5ª série: Figura 9 = *Era uma vez um coelhinho doente. Ele não tinha pai, nem mãe... Vivia com a vó que já era velha e quase não conseguia cuidar do neto. Então, ele viu que precisava trabalhar para comprar as coisas. E para cuidar da*

*vó. Só que ele tinha preguiça... fingiu que estava doente... o vô descobriu e falou para ele que isto era errado; **que ele precisava trabalhar, pois já tava grandinho o suficiente...** Então, ele criou juízo e começou a trabalhar.. só chegava de noite em casa... Ganhava o suficiente para comprar tudo o que precisavam... Aí, já grande, o coelho arrumou uma namorada... casaram, tiveram filhos e ele **ensinou a seus filhos que se ganhava a vida trabalhando e não ficando deitado numa cama...***

Fica explícita a questão do cuidado precoce do neto em relação à avó. Ao mesmo tempo, demonstra não suportar esta função, querendo fugir da mesma, fingindo-se de doente. O avô descobre e impõe uma lei, dizendo ser necessário trabalhar e ser responsável. Parece haver uma *aceitação* deste papel, ao mesmo tempo em que há uma perpetuação disto, pois o filho, quando grande, ensina o que aprendeu a respeito do trabalho.

S.D. - 11 anos - 5ª série: *Figura 8 = Eram quatro irmãos: um pequeno e três grandes. Ao lado tinha um retrato de **sua mãe que já havia morrido**; o pai eles não tinham... Ao acabar de tomar o café, **tinham que arrumar tudo...**mas, não gostavam disso porque **não gostavam de fazer isso...** Eles estavam doentes do coração...*

A figura materna está morta. O que houve, com esta criança, que não conseguiu manter a mãe viva dentro de seu mundo interno? Dentre tantas hipóteses, creio que uma faz-se evidente, até por ter conhecido mais o universo destas crianças. Sentimentos de solidão causados por exigências precoces de adultez podem ajudar neste entendimento.

Nesta história, pai e mãe não existem. A mãe existia, mas morreu; o pai, parece ser desconhecido, pois, de acordo com a história, *eles não tinham...* A independência e necessidade de sobrevivência é imposta, *porém não gostam de fazer isso..*

Então, frente a uma possibilidade de sair disso, rebelam-se ficando *doentes do coração*. Analogamente, doentes de afetos, de sentimentos, de vínculos. Como cuidar se não estão sendo cuidadas?.... Parece não haver saída para isto, então, adoecem pelo órgão do corpo que demonstra, metaforicamente, sentimentos de dor e não aceitação deste papel que gostariam de abdicar, mas não conseguem.

S.K. - 11 anos - 5ª série: Figura 4 = *O canguru e seus filhos: a fêmea já tinha morrido; e com dois filhos ele tinha que se virar. Eles viviam numa velha casa abandonada. Do pouco que tinham, se alimentavam, até que um belo dia, passou uma pessoa rica que pensou em ajudar... E assim deu vários alimentos. Até roupa e brinquedos. Mas, em troca **deveriam plantar alimentos para ela**. Assim, aceitaram. Plantaram de tudo: feijão, arroz e muitas coisas. A metade eles repartiam e outra metade ficava para eles. Ele já estava ficando velho e os filhos estavam crescendo: não estava mais disposto a trabalhar, **mandou os filhos**. Mas, era difícil para as crianças que ainda eram pequenas... **Antes, era diversão, agora, trabalho...Eles não entendiam...** Falavam que o pai precisava encontrar uma esposa; **sentiam saudade da mãe...** E assim o pai fez: achou uma mãe para seus filhos e viveram felizes, todos **trabalhando e ricos...***

Novamente, esta criança retrata o desamparo sentido por ela, pois a figura materna está morta, assim como ela mostrou nas outras histórias. Porém, a necessidade de ter uma presença materna de cuidados é manifestada - *pai precisava encontrar uma esposa*.

A figura feminina é vista como a salvadora, a protetora, pois a partir do momento em que *o pai encontra uma esposa, tudo se resolve e todos vivem felizes*. A mulher é percebida como a mantenedora de laços de ternura e felicidade. Parece lançar a idéia de que ela é *a rainha do lar*.

Parafraseando STREY, M. (1997), a formação de estereótipos (fixação de características como representativas de uma pessoa, grupo ou coletivo) é sempre existente. Cada sociedade atribui determinados papéis a homens e mulheres e esses papéis ajustam-se a certas idéias de como são os sexos.

Sendo assim, *os homens trabalham fora de casa porque estão mais orientados em direção ao exterior, enquanto que as mulheres são donas-de-casa porque são naturalmente orientadas para o interior*.

Importante salientar que, embora os estereótipos não sejam regras, eles têm um efeito normativo sobre idéias e comportamentos. Ao serem fixos, os estereótipos limitam as possibilidades de desenvolvimento pessoal ou grupal.

Na análise que Marlene Strey faz, em seu livro *Mulher - Estudos de Gênero* (1997), ela referencia o fato de que uma sociedade, para conseguir manter-se, educa suas crianças de tal maneira que, mais tarde, quando adultos, elas possam comportar-se com a finalidade de continuar a manter tal sociedade. Então, como a educação das crianças é, quase sempre, uma função das mulheres, isso supõe *que o gênero feminino deve seguir as normas prescritas pelo conjunto social para poder inserir, gerar indivíduos com possibilidade de ser sociais e, por isso, deve fazê-lo sob o código estabelecido e sancionado pelo conjunto social.*

Portanto, o lugar que a mulher ocupa na sociedade vai depender do sentido que adquire aquilo que faz através das interações sociais concretas que estarão carregadas de sentidos perpetuadores de seus papéis de gêneros.

Com as crianças entrevistadas do meio rural, nota-se que a perpetuação de relações de gênero dá-se pela via do trabalho. Parece que é regra geral de que cabe à menina ficar em casa com a tarefa do cuidado. Ela assume o lugar da mãe, pois esta já é adulta e pode trabalhar fora também (na lavoura). Quando retorna à casa, ainda pode auxiliar ou monitorar a criança que, durante o dia, efetuou o trabalho doméstico.

Entende-se, então, uma fala inicial que tive a oportunidade de escutar, quando dos primeiros contatos que tive com uma criança, em que esta diz: *não sei se dou para o estudo... gostaria de ser advogada, mas não sei se vou conseguir.... é difícil, precisa estudar muito...*

Para uma mente que, desde cedo, internalizou uma identidade circunscrita à esfera doméstica, realmente, ultrapassar esta *barreira* é difícil. A visão com que o homem e a mulher são criados ostenta uma clara diferença, em especial no âmbito rural. Isto porque o peso da inferioridade que é atribuído ao sexo feminino faz com que este gênero fique em segundo plano, em condição de inferioridade.

Segundo STREY, M. (1997):

essa condição de ser de segunda classe dificilmente poderia ser superada no imaginário popular, pois está na base das crenças sobre a criação da humanidade. Não é possível revisar um ato original que está na base de todos os demais atos. Essa influência se repetirá, além das religiões, em teorias psicológicas modernas, tais como a psicanálise e a filosofia, com as obras de Hegel, Kant e Schopenhauer, por exemplo.

Continuando, ainda com a análise que esta autora faz, é salientado o fato de que argumentos científicos de base darwiniana, afirmavam que a sobrevivência da espécie era mais importante que a individual, o que justificava que se definissem as mulheres pelo seu papel maternal e que fossem excluídas das oportunidades econômicas e educativas porque estavam a serviço de uma causa mais nobre - a sobrevivência da espécie.

Este pensamento, tanto no âmbito religioso como no científico, fazia com que a subordinação da mulheres fosse considerada com um fato universal, de origem divina, ou natural, e, portanto, imutável, não devendo ser questionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Realizar esta pesquisa não foi tarefa fácil. Isto porque consistiu num desenraizamento próprio de valores, conceitos, idéias e, acima de tudo, de atitudes.

Quando pensei neste trabalho, era-me, ainda, um pouco confuso entender o binômio *trabalho-infância*. Isto, aos poucos, foi se articulando de tal forma a dar um sentido especial para mim e, ao mesmo tempo, consistência maior a esta pesquisa.

Meu interesse, inicialmente, era entender a forma e as conseqüências de um trabalho precoce para a criança. Com o tempo, vi que estas coisas ultrapassam esta relação, pois existem variáveis que impulsionam a família a colocar uma criança no

trabalho precoce. Ao mesmo tempo, estas variáveis dão a sensação de fugir do nosso controle, pois como iremos mudar um modelo sócio-econômico, de uma hora para outra, sendo que é este modelo que auxilia na perpetuação desta situação de risco para a criança?...

Como foi debatido, no decorrer desta dissertação, a lógica capitalista perpetua esta relação de exploração da criança. As famílias visitadas, no meio rural, participam, sem ter muitas chances de escolhas, de um vínculo capitalista intenso. Trabalham para empresas, vendem seus produtos e, muito mais, sua força de trabalho, formando uma mão de obra barata para o capitalista. As crianças participam ativamente deste processo.

Talvez, o dado mais curioso a que chego, é que elas participam de uma forma bastante sutil e que a sociedade não se dá conta. Isto porque outras variáveis, novamente, interferem: o fato deste universo em que me deparei ser o universo feminino, em que é aceitável (e correto) as meninas, desde cedo, saberem *o que é ser mulher*.

As tarefas domésticas ainda constroem o universo feminino. No meio rural, isto adquire uma força extrema, pois a menina é submetida, sem ter outra escolha, à tarefa de cuidar, limpar e proteger. Esta forma de trabalho faz parte do sistema de produção a que as famílias pertencem: um sistema em que as relações familiares são sobrepostas por relações de trabalho. A menina participa disto ativamente, aprendendo que ela precisa fazer isto – trabalhar em casa - enquanto seus pais trabalham na lavoura.

Ao mesmo tempo, parece não ser somente estas relações de produção que impelem a menina para o trabalho doméstico. O sistema patriarcal ainda imperante, em nosso meio, possui sua força significativa. Pode-se ver isto, nas famílias pesquisadas, até pela forma com que são distribuídas as tarefas de trabalho: o pai é o mandante e quem cuida da produção como um todo; a mãe é vista apenas como uma auxiliar na plantação. Cabe ao homem toda a tarefa de posterior venda dos produtos plantados e a tarefa de trazer o dinheiro para casa. Para as mulheres, quando adultas, são auxiliares do marido e, quando crianças, auxiliares nos serviços domésticos.

Esta *ajuda*, da mesma forma, faz com que a criança, e seus familiares, esqueçam que a infância não é o momento de cuidar, limpar, passar, varrer, cozinhar, mas sim o momento de estudar, brincar e ser muito mais protegida do que proteger.

O curioso disto, também, é que as notícias mostram a exploração infantil que choca aos nossos olhos: são mostradas somente aquelas crianças sujas, descalças e maltrapilhas que trabalham no corte da cana ou nas carvoarias do nordeste, ou, ainda, as crianças abandonadas que pedem esmolas nas ruas ou as que se prostituem. Isto, evidentemente, é digno de nota, pois é a degradação de uma sociedade que permite que nossas crianças fiquem à mercê deste tipo de exploração.

Todas estas formas de inserção precoce da criança na sociedade fazem com que muitas análises possam ser feitas. Porém, ninguém se dá conta de que a criança que não está na rua, mas **no ambiente doméstico**, também, sofre desse mesmo tipo de exploração.

Contudo, parece que esta exploração é mais aceitável, pois coloca a menina *no seu lugar e no seu papel*. Cabe, pois, a pergunta: evoluímos no modo de conceber o gênero feminino?

As famílias do meio rural que têm suas filhas pertencendo a este mundo do trabalho estão presas neste sistema que coloca, como ponto principal de suas vidas, a produção. Como, também já foi visto, a mulher sempre participou da implantação deste sistema, reforçando, de certa forma, a exploração. Ela começou a ocupar o lugar do homem, no início do século, porém transformou-se em mão de obra barata.

Isto parece não ter mudado muito, pois estas meninas que estão em suas casas inocentemente ajudando seus pais ou aprendendo o que é ser mulher, ficam à mercê deste tipo de exploração novamente. E o pior: perpetuando esta relação de submissão.

Entretanto, não tenho a intenção de ser pessimista, pois esta análise feita deve ultrapassar a simples observação e crítica. Penso que o propósito maior desta pesquisa

seja alertar as pessoas destes fatos analisados e, acima de tudo, começarmos a incutir a idéia de uma sociedade que possa sustentar melhor nossas crianças.

Quero dizer, com isto, que precisamos proporcionar uma base mais segura para nossas crianças. Como? Promovendo, através de uma política mais eficaz, serviços que garantam a proteção da criança. Escolas que promovam e proporcionem os cuidados básicos de alimentação e educação, enquanto seus pais realizam suas atividades.

Obviamente, o trabalho na lavoura deve continuar, mas feito por adultos. A criança não deve estar neste meio e, tampouco, a menina exercendo o papel de dona-de-casa. Estas crianças devem ter seus direitos básicos assegurados e, acima de tudo, devem ter o direito maior garantido, ou seja, o direito de ser criança, de tal maneira que possam viver suas infâncias de forma sadia, visando um desenvolvimento pleno de suas capacidades e potencialidades.

A identidade de gênero, neste contexto, fica permeada por tudo isto. Estas meninas, expostas a este tipo de trabalho, acabam por consolidar uma identidade feminina carregada de preconceitos, rótulos e mitos. Aprende-se que cabe à mulher não planejar muito para sua vida, pois ela está fadada a ter um futuro vinculado à casa e ao trabalho familiar. Ela não tem muitas chances de vislumbrar um mundo mais cheio de possibilidades e escolhas próprias. Sua vida já lhe foi dada: aprender a cuidar e a manter um lar e, no futuro, perpetuar isto em sua vida adulta.

Retomando as idéias de Rosie Marie Muraro, citadas no decorrer da análise bibliográfica, pode-se pensar que estas meninas têm sua inscrição baseada na ideologia do *corpo camponês*, em que a noção subjetiva é a da força e produção. Sua subjetividade é marcada pela internalização destas exigências. Só se é sujeito se fizer uso desta força de trabalho e se houver uma produção inerente. Porém, uma produção para alguém, não para si próprio.

A construção de uma identidade feminina deve estar muito mais embasada na aquisição de uma auto-estima própria e da descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades. Cabe à mulher ter chances de escolher seu futuro e viver de acordo com

seus valores próprios e não condicionada a sistemas patriarcais que impõem seu lugar num ambiente restrito. A formação da identidade de gênero feminina deve ser feita pelas vias da identificação com um senso próprio de escolhas e não enredada num mundo em que, desde cedo, aprende-se que *ser mulher* é fixar-se num mundo privado e que o público é assimilado pelas vias da exploração e relações sociais perversas.

No decorrer desta pesquisa, observa-se que este processo de fusão público e privado é extremamente intenso. As meninas pesquisadas sofrem este bombardeio de internalizações constantes. O que é público torna-se privado e o que é privado torna-se público. Estas crianças que trabalham na agricultura familiar recebem *uma mescla* de informações e relações entre o *mundo da casa e o da rua*. Estas relações, bem como seus devidos papéis, não ficam diferenciados, pois *casa e rua* fundem-se num mesmo espaço.

O mundo privado - da casa - é o espaço que solidifica sua personalidade, promovendo vínculos e identificações das mais variadas. Esta esfera é crucial para o desenvolvimento de sua identidade. Porém, no mundo urbano e burguês este processo fica delimitado; no mundo rural, é diferente. Observa-se isto no momento em que a menina não tem escolhas: ela é obrigada a ficar em casa trabalhando, mas este trabalho foi imposto pela ordem pública, já que toda sua família está inserida neste contexto. Somente muda-se o local de execução das tarefas e, também, o tipo de atividades.

Finalizando, gostaria de destacar o alerta a que esta pesquisa se propõe: criar uma noção de infância diferente da que estamos acostumados. Não podemos pensar que é bom para uma criança o trabalho, pois assim sendo, *ela não pensa bobagem* ou, *somente assim, ela será um adulto com responsabilidades*. É necessário entender a infância como o momento da vida em que é permitido (e necessário) o brincar, pois é através da brincadeira que treinamos os papéis da vida adulta. Ao mesmo tempo, é na infância que, também, vamos começar a perceber o mundo e entendê-lo gradativamente e não de uma forma imposta, sem possibilidades de criarmos uma consciência crítica de valores e escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ABERASTURY, Arminda. Adolescência Normal. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1989, 92 p.
2. BOLETIM DA UNICEF- Situação Mundial da Infância - A Questão do Trabalho Infantil. Brasília, D.F.: UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. 1997.
3. BRACONNIER, A. e MARCELLI, D. Manual de Psicopatologia do Adolescente. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1993, 285 p.
4. DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis - Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, R.J. , 1983, 272 p.
5. _____ . A Casa e A Rua. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, R.J., 1991, 177 p.
6. DIAGNÓSTICO ESTATÍSTICO DE DOENÇAS MENTAIS - 4ª revisão. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1994, 830 p.
7. ETGES, Virgínia Elisabeta. Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. Livraria e Editora da FISC, Santa Cruz do Sul, R. S., 1991, 209 p.
8. FERREIRA, Marcos. Relatório sobre o Trabalho Infantil na região do Nordeste Brasileiro. Pesquisa realizada com Organização Internacional do Trabalho, em 1999.
9. FISCHTNER, Nilo. Transtornos Mentais da Infância e Adolescência. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R. S., 1997, 276 p.
10. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade - O Cuidado de Si (vol. 3). Ed. Graal, Rio de Janeiro, RJ, 1985, 235 p.
11. GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação Deteriorada. Zahar Ed., Rio de Janeiro, RJ, 1981, 218 p.
12. GOLDENBERG, Gita. Psicologia Jurídica da Criança e do Adolescente. Ed. Forense, Rio de Janeiro, R. J., 1991, 80 p.

13. GRUBITS, Sônia. A Construção da Identidade Infantil. Ed. Casa do Psicólogo, São Paulo, SP, 1996, 187 p.
14. HUTZ, Claudio e colaboradores. Resiliência e Vulnerabilidade em Crianças em Situação de Risco – Boletim Informativo CEP-RUA UFRGS, 1996.
15. JACQUES, Maria Da Graça. Identidade, Trabalho e Educação. Porto Alegre, 1997. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Doutorado em Psicologia Social e da Personalidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
16. JAGGAR, Alison e BORDO, Susan. Gênero, Corpo e Conhecimento. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, RJ, 1988, 348 p.
17. KONDER, Leandro. O que é dialética. Ed. Brasiliense, São Paulo, SP, 1986, 87 p.
18. LAMARCHE, Hughes. A Agricultura Familiar. Ed. UNICAMP, Campinas, SP, 1993, 336 p.
19. LANGER, Marie. Maternidade e Sexo. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1981, 210 p.
20. LEWIS, Melvin. Aspectos Clínicos do Desenvolvimento na Infância e na Adolescência. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1993, 314 p.
21. LIMA, Luiz Tenório O. e CAMPOLIM, Sílvia. Enquanto As Mulheres Mandam, Os Homens Fazem O Que Tem Vontade. Ed. Globo, São Pulo, SP, 1998, 159 p.
22. MARTINS, José de Souza. Massacre do Inocentes - A Criança Sem Infância no Brasil. Ed. Hucitec, São Paulo, SP, 1993, 220 p.
23. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Hucitec-Abrasco Editora, São Paulo, S.P., 1999, 269 p.
24. MOURA, Esmeralda B. B. Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital. Ed. Vozes, Petrópolis, R. J., 1982, 164 p.
25. MOTTA, Flávia de Mattos. Velha é a Vovozinha - Identidade Feminina na Velhice. Edunisc Editora, Santa Cruz do Sul, R.S., 1998, 141 p.
26. MURARO, Rosie Marie. Sexualidade da Mulher Brasileira - Corpo e Classe Social no Brasil. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, R.J., 1996, 501 p.
27. NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Cidadania - As Trabalhadoras de Contagem. Ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1995, 292 p.

28. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS. 4ª edição revisada e ampliada, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, RS, 1999.
29. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Pioneira Ed., São Paulo, S.P., 1976, 143 p.
30. RUTTER, Virginia B. É Uma Menina! Como Desenvolver a Auto-Estima de Nossas Filhas. Ed. Ágora, 1996, 148 p.
31. SANTORUM, Kátia. Mulheres Trabalhadoras e Lesões por Esforços Repetitivos - Uma Análise na Perspectiva de Gênero e Trabalho. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, 1996. 168 p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade).
32. SARTI, Cynthia Andersen. A Família como Espelho - Um Estudo sobre a Moral dos Pobres. Ed. Autores Associados, Campinas, SP, 1996, 128 p.
33. SATOW, Suely Harumi. Construção da Identidade na Exclusão. Cabral Editorial, São Paulo, S.P., 1996, 143 p.
34. SCOTT, Joan. História y Gênero: Las Mujeres em la Europa Moderna y Contemporánea. Valencia Editora, Buenos Aires, Argentina, 1990, 143 p.
35. SCHAEFFER, Sérgio. A Lógica Dialética – Uma Introdução à Obra de Caio Prado Jr. Ed. Movimento, Porto Alegre, RS, 1985.
36. STREY, Marlene Neves. Mulher - Estudos de Gênero. Ed. Unisinos, São Leopoldo, RS, 1997, 147 p.
37. TRINDADE, Jorge. Delinquência Juvenil, Uma Abordagem Transdisciplinar. Ed. Livraria do Advogado, Porto Alegre, R.S., 1993, 175 p.
38. WINNICOTT, Donald. A Tendência Anti-Social. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, R.S., 1986, 292 p.
39. <http://www.fundabrinq.com.br>

ANEXO 1:

TÓPICOS ANALISADOS NAS RESPOSTAS DADAS PELAS CRIANÇAS AO TESTE C.A.T.

- **Personagem principal** : submisso / independente ; bondoso / raivoso ; alegre / triste.
- **Figuras parentais** : *Mãe* = presente / omissa ; bondosa / raivosa ; alegre / triste.
- **Ansiedades predominantes** : sentimento de estar só / de sentir-se perseguido ou punido/ medo generalizado.
- **Defesas predominantes** : negação do problema e passividade/ comportamento de fuga / tristeza freqüente / alegria constante / agressividade colocada nos personagens / agressividade colocada em si próprio.

ANEXO 2:

MENINAS ENTREVISTADAS NO INTERIOR DE SANTA CRUZ DO SUL:

Todas as meninas estudam na quinta série, com idades entre 10 e 12 anos. Duas meninas possuem a idade de 13 anos; portanto, estas foram excluídas da amostra.

A seguir coloco alguns dados familiares, como idade dos pais, número de irmãos e o tipo de produto que plantam. Da mesma forma, foi colocado o tipo de atividade que a menina exerce no ambiente doméstico.

1. NOME = S.K.

IDADE = 12 anos (13/01/87)

PAIS = M.K. (48) e C.K. (44)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho, trigo, pepino)

IRMÃOS = 24 e 20 anos (feminino)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa.
Repete a quinta série.

2. NOME = L.D.S.

IDADE = 13 anos (2/11/85)

PAIS = D.S. (30) e M.R.S. (33)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho) = AGREGADOS.

IRMÃOS = 14, 9 e 2 anos (fem., fem. e masc.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e, também na roça. Repetiu a segunda série.

3. NOME = J.C.

IDADE = 11 anos (28/05/88)

PAIS = R.C. (35) e N.C. (30)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho, batata, criam galinha e gado - produção de leite; porco, não mais).

IRMÃOS = 5 anos (fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa. Em visita feita, relatou que sempre espera seus pais com almoço pronto, quando eles retornam da roça. Fica cuidando da irmã mais nova e brinca com ela. Mostrou-me fotos de sua família; a casa onde mora; seus brinquedos. Para ir à escola, pega dois ônibus.

4. NOME = V.B.

IDADE = 11 anos (6/08/87)

PAIS = A.B. (49) e S.B. (46)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho)

IRMÃOS = 24, 19 anos (fem., fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e, também na roça.

5. NOME = V.B.

IDADE = 12 anos (28/04/87)

PAIS = E.B. (....) e V.B. (....)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho)

IRMÃOS = não tem.

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa.

6. NOME = N.A.S.

IDADE = 12 anos (6/10/86)

PAIS = L.S. (38) e D.S. (35)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, arroz, mandioca)

IRMÃOS = 14, 8 anos (fem., masc.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e, também na roça. Repete a quinta série.

7. NOME = S.O.

IDADE = 13 anos (14/06/85)

PAIS = A.O. (48) e M.L.O. (48)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho) e safristas.

IRMÃOS = 24, 22, 17, 15, 11 e 8 anos (masc., masc., masc., fem., fem. e masc.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e, também na roça. Repetiu a primeira, segunda e terceira séries. Esta é criança negra; em sua fala consta o seguinte discurso: *sou muito esquentada; brigo por qualquer*

coisa.... quando me chamam de nêga, fico braba! Rodei porque nas outras escolas, eram racistas...

8. NOME = S.D.

IDADE = 11 anos (06/04/88)

PAIS = I.D. (38) e M.D. (43)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho e feijão)

IRMÃOS = 16 anos (fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e, também na roça.

9. NOME = R.F.

IDADE = 12 anos (25/09/85)

PAIS = C.F. (...) e C.F. (...)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, arroz, feijão)

IRMÃOS = 27, 21, 15 anos (fem., fem. e fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa.

10. IDADE = F.S. = 10 anos (09/08/88)

PAIS = desconhecido e R.S. (36)

PROFISSÃO = costureira

IRMÃOS = 5 e 12 anos (masc. e fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa.

11. IDADE = U.S. = 11 anos (21/02/88)

PAIS = A.S. (39) e M.S. (33)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho, feijão)

IRMÃOS = -----

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa.

12. IDADE = L.L.S. = 12 anos (17/10/86)

PAIS = A.S. (50) e D. S. (43)

PROFISSÃO = agricultores (fumo, milho, mandioca, batata, verduras)

IRMÃOS = 19, 18, 17 e 15 anos (fem., masc. , masc. e fem.)

ATIVIDADES (além da escola) = ajuda nos deveres da casa = lava louça, roupa, casa e na roça.